

Desastre na saúde e na economia

Governo Bolsonaro

faz campanha para

atrapalhar a vacina



No 7 de Setembro, em Brasília, Bolsonaro coloca crianças em risco, sem máscaras e aglomeradas

Não preveniu nem remediou, só deixou povo ao Deus dará

No momento em que era fundamental a quarentena, ele promoveu aglomerações. Quando o uso de máscara se tornou imprescindível, não usou e induziu a outras pessoas não usarem. Quando se descobriu que a cloroquina matava mais do que salvava, virou garoto-propaganda do medicamento. Após mais de 120 mil mortos, quando várias vacinas entram em fase final de testes, ele lança através da Secom uma campanha para dificultar a necessária vacinação em massa para o país superar a pandemia, com o mote "ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina". **Página 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Reprodução



Assunto virou até piada ABI, ANJ e Abraji rejeitam censura contra a Globo divulgar processo da "rachadinha"

A ABI, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) condenaram, em nota, a censura imposta à TV Globo pela juíza Cristina Feijó, da 33ª Vara Cível do TJ-RJ, que proibiu a emissora de divulgar documentos da investigação contra o senador Flávio Bolsonaro relacionados ao caso da "rachadinha". **P. 3**

Filho de França entra na claque bolsonarista no Vale do Ribeira

O filho de Márcio França (PSB), pré-candidato a prefeito de São Paulo, deputado Caio França (PSB), fez elogios a Jair Bolsonaro em evento na cidade de Pariquera-Açu, no Vale do Ribeira, realizado na quinta-feira (03). **Página 3**

PIB do segundo trimestre desaba 9,7%, apura o IBGE

Jeniffer Glass



Pela primeira vez em sua história, o PCdoB decidiu lançar candidato próprio a prefeito de São Paulo

Sampa: PCdoB lança Orlando. PV e PL decidem apoiar Covas

Já começaram as definições partidárias para as eleições a prefeito de São Paulo. No sábado (5), o PCdoB confirmou, em convenção, a candidatura de Orlando Silva à Prefeitura. É a primeira vez que o partido terá candidato próprio na capital paulista. Segundo Orlando, a "prioridade absoluta será um programa de formação de emprego e renda em São Paulo". "O tema do desemprego, da precariedade do

trabalho, que no começo desse ano já se mostrava como um desafio fundamental, vai ser ainda mais importante no pós-pandemia", disse.

Ainda no sábado, o Partido Verde oficializou o apoio à reeleição do prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB). A decisão foi tomada durante a convenção do partido, realizada virtualmente. No domingo (6) foi a vez do Partido Liberal oficializar seu apoio à reeleição de Bruno Covas. **Página 3**



O prefeito Bruno Covas é candidato à reeleição

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil desabou 9,7% no segundo trimestre, na comparação com os três primeiros meses do ano, segundo divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São dois trimestres consecutivos de quedas de uma economia que já vinha estagnada há três anos, após a recessão que durou de meados de 2014 a 2016. "Com esse resultado, a gente está 15,1% abaixo do pico, que foi no primeiro trimestre de 2014", declarou Rebeca de La Roque Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE. Já no primeiro trimestre, a economia caiu 2,5%, resultado revisado pelo IBGE. Antes havia sido divulgado -1,5%. **Página 2**

Governo deixa disparar o preço de alimentos em plena recessão

Diante de uma alta sem precedentes em época de recessão no preço dos alimentos, Bolsonaro disse, na quarta-feira (4), que "a melhor maneira de controlar a economia é não interferindo". O arroz teve um aumento de 100% em 12 meses e o milho subiu 65% no mesmo período. **Página 4**

TST proíbe corte de salários e diz que a greve nos Correios é legal

A ministra Kátia Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), proibiu a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de fazer cortes nos salários dos trabalhadores que aderiram à greve. Na decisão, a ministra afirma que o corte dos salários dos trabalhadores em greve é inconstitucional. Ela rejeitou também o pedido de considerar a greve "abusiva". **Página 5**

Prefeito processará Trump se ele cortar verbas para NY



Foto: Roberto Dziurak - Secom

Indústria fechará o segundo ano seguido no vermelho, diz Iedi

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) prevê – à luz dos dados da indústria divulgados pelo IBGE e a situação econômica do país – que o setor produtivo fechará o segundo ano no vermelho.

“As grandes distâncias que muitos ramos industriais ainda devem trilhar para pôr para trás o choque da Covid-19 farão de 2020 um ano de perda para o setor como um todo”, avaliou a entidade, ressaltando que a queda acumulada pela indústria de janeiro a julho de 2020 chegou a -9,6% sobre igual período do ano anterior. “As projeções do Boletim Focus para 2020 como um todo apontavam no final de agosto para recuo de -7,4%. Se assim for, será o segundo ano seguido no vermelho, já que 2019 terminou com resultado de -1,1%”.

“Na ausência de vacina ou tratamento eficaz para a Covid-19, ainda haverá desdobramentos negativos da pandemia, como desemprego elevado, rendimentos mais modestos para algumas famílias, agentes endividados, comércio internacional combalido e grandes incertezas em relação futuro”.

Na quinta-feira (3) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a pesquisa mensal da produção física da indústria em julho, mostrando alta na produção de 8% sobre o mês anterior alcançada devido à base de comparação extremamente deprimida.

“O desempenho positivo deste período, contudo, conseguiu recompor apenas uma parte das perdas provocadas pela Covid-19”, pondera o Iedi.

“O nível de produção do setor continua 6% abaixo daquele de fev/20, isto é, antes dos efeitos da pandemia no país”, diz o Instituto, ressaltando que “mais um mês de crescimento semelhante ao que temos visto e será coberto o vale produzido no bimestre mar-abr/20. O que ainda não se sabe é qual será o padrão de crescimento a partir deste ponto. E isso é importante, porque a atual crise se sobrepôs à de 2014-2016”.

Segundo a análise, as “bases de comparação mais altas e a redução dos programas emergenciais do governo” fazem crer que o desempenho da indústria esse ano todo não será suficiente para a recuperação do setor.

“Isso porque, na ausência de vacina ou tratamento eficaz para a Covid-19, ainda haverá desdobramentos negativos da pandemia, como desemprego elevado, rendimentos mais modestos para algumas famílias, agentes endividados, comércio internacional combalido e grandes incertezas em relação futuro”, disse o Iedi.

A análise ressalta que, mesmo em ascensão, “para alguns segmentos da indústria o retorno ao nível de produção pré-pandemia está mais distante”. É o caso de bens de capital e sobretudo bens de consumo duráveis, que em julho permaneceram 15,8% e 15,2% abaixo do patamar de fevereiro.

Dos subgrupos que permanecem muito distantes dos níveis pré-pandemia, o IEDI destacou: vestuário (38,7% abaixo de fev/20), veículos (32,9% abaixo) e couros e calçados (30,7% inferior).

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

PIB tem queda recorde de 9,7% no segundo trimestre



Com Guedes e Bolsonaro, consumo das famílias recuou 12,5%

Fundações partidárias apontam saída para o desastre econômico de Guedes

Sete fundações partidárias lançaram na quarta-feira (2) o manifesto Em defesa da vida, da democracia e do emprego, elaborado para fazer frente aos prejuízos humanos, econômicos e sociais causados pela pandemia da Covid-19, diante da inépcia do governo Bolsonaro.

Entre as propostas do Manifesto estão: bloquear a transmissão do vírus através da busca-ativa, manutenção das medidas emergenciais, aprovadas pelo Congresso Nacional, até o fim da pandemia, investimentos públicos e políticas de manutenção e geração de empregos.

O evento reuniu as fundações que integram o Observatório da Democracia: Lauro Campos/Marielle Franco, (FLCMF/PSOL); João Mangabeira (FJM/PSB); Leonel Brizola/Alberto Pasqualini (FLBAP/PDT); Maurício Graboís (FMG/PCdoB); Perseu Abramo (FPA/PT); Ordem Social, (FOS/PROS); e Cláudio Campos (FCC).

O resultado do PIB do segundo trimestre que registrou um tombo de 9,7% e as mais de 122 mil vidas ceifadas pela pandemia foram abordados pelos dirigentes das fundações que destacaram as propostas do manifesto para enfrentamento da crise sanitária e econômica, diante do descaso do governo Bolsonaro.

As fundações foram representadas no evento por Alexandre Navarro (FJM), Renato Rabelo (FMG), Gastão Dias Vieira (FOS), Manoel Dias (FLBAP), Francisvaldo Mendes (FLCMF), Nilson Araújo de Souza (FCC) e Aloizio Mercadante (FPA). Participaram Luciana Santos, vice-governadora de Pernambuco e presidente do PCdoB, e os deputados federais Alessandro Molon (PSB-RJ) e Paulo Teixeira (PT-SP).

Luciana Santos saudou a iniciativa das fundações e afirmou que o Brasil precisa de um projeto alternativo para superar a grave crise econômica que o país está passando, com “mais de 122 mil óbitos, 715 mil empresas fechadas e com mais gente recebendo recursos do auxílio emergencial do que da carteira assinadas”.

DESCASO

“Vimos descaso, desrespeito, descompromisso e desgoverno com uma situação considerada tão importante no mundo todo. Bolsonaro usou a pandemia não para cuidar das vidas, mas como estratégia eleitoral”, disse Luciana, defendendo “mais que em qualquer momento, precisamos do papel do estado como indutor do desenvolvimento para minimizar os impactos”.

O deputado federal Alessandro Molon destacou a união das fundações e as propostas apresentadas para saída da crise. “Como tirar o país do fundo do poço? Estamos mostrando a luz para quem olha para cima, já que o governo não sabe como tirar o Brasil dessa cilada”.

O deputado Paulo Teixeira (PT) denunciou que Bolsonaro “liberou um trilhão para os bancos e infimos e tardios recursos para as pequenas empresas que empregam milhões de trabalhadores”. E destacou o papel do Congresso Nacional em aprovar o auxílio emergen-

cial de R\$ 600.

O presidente da Fundação João Mangabeira, Alexandre Navarro, iniciou as intervenções destacando o “fato inédito no país”, que reuniu as fundações “apesar de suas divergências e das diferenças eleitorais”, para discutir políticas públicas.

Segundo Navarro, “uma queda de 9,7% no PIB é uma coisa que vai projetar um desemprego brutal, uma falta de renda muito grande. O senhor ministro da Economia diz que o PIB do segundo trimestre é um som do passado. Não é um som do passado, é a morte do futuro”, afirmou.

O presidente da Fundação Maurício Graboís, Renato Rabelo, afirmou que “o projeto de Bolsonaro não serve ao Brasil e ao seu povo”. Segundo Rabelo, “a mortandade poderia ser evitada, o Brasil está na cabeceira do número de mortes do mundo. Em tal situação, o presidente respondeu com negacionismo e obscurantismo, portanto, essa é uma questão decisiva”.

“A verdadeira imagem de Bolsonaro é a queda histórica de 9,7% do PIB já neste segundo trimestre do ano, o corte do auxílio emergencial e a desvalorização do salário mínimo”. “Ele está enroscado na política ultraliberal e ortodoxa da sua equipe econômica, nas suas propostas de austericídio e no malfadado teto de gastos. Desta maneira, o Brasil deve buscar novo caminho, nova saída”, ressaltou Renato Rabelo.

AÇÃO DO ESTADO

“Enfrentar uma crise, desta dimensão e profundidade, na atualidade, só com a ação do Estado para financiar o investimento e o gasto público na emergência e para a retomada da economia. O Estado terá papel central na coordenação e indução do processo de retomada dos empregos e da renda, em parceria com o setor privado. Há sim como financiar esse gasto”, destacou Rabelo, sobre os gastos necessários para “enfrentar a emergência sanitária e econômica para salvar a vida dos compatriotas e manter a economia funcionando”, apontados no manifesto.

Para o diretor da Fundação Claudio Campos, o economista Nilson Araújo de Souza, o lançamento do manifesto se dá em “um momento em que vivemos uma verdadeira tragédia nacional. Já estávamos em crise antes da pandemia, e agora, com uma queda de 10% do PIB no trimestre, não podemos classificar de outro jeito se não como depressão”.

“O governo sabotou as medidas econômicas e sanitárias. E teria sido pior se o Congresso não tivesse aumentado a renda de emergência. Qual é a proposta? Manter as medidas emergenciais até o fim da pandemia”, afirmou o economista.

De acordo com Nilson Araújo, enquanto o ministro da Economia, Paulo Guedes, defende que é necessário enxugar o Estado, “defendemos exatamente o contrário: um Estado pujante, que possa coordenar a retomada da atividade econômica e realizar o investimento público”.

Contra o argumento de que não tem dinheiro para manter as medidas emergenciais e promover investimento público, o economis-

ta afirma: “Dinheiro há. O mundo inteiro está adotando mecanismos de emissão monetária. Emissão monetária não gera inflação, porque a economia está em crise”, defendeu.

“O Brasil é maior que essa crise. E maior do que as ameaças à democracia. Por isso estamos construindo uma ampla frente, a mais ampla frente, em defesa da vida, da democracia e do emprego”, ressaltou Nilson.

FRENTE AMPLA

O presidente da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, Manoel Dias, destacou o papel que as fundações estão tendo neste momento. “As fundações cumprem uma tarefa primordial. Esse Manifesto dá exemplo, inclusive, aos nossos partidos, um exemplo de unidade”, declarou.

“Precisamos garantir sobrevivência antes de divergir. Bolsonaro sempre defendeu fascismo e retrocesso”, disse Dias, sobre a necessidade de superar diferenças partidárias para se unir pela deposição do atual governo.

Manoel Dias ressaltou que a crise sanitária fez com que a elite enxergasse que 60 milhões de pessoas estão sem saneamento básico, sem casa, sem comida, sem emprego e sem acesso à educação. “Não há solução sem que o Estado intervenha nos investimentos”, defendeu. “Onde está o Deus mercado no Brasil e no mundo em um momento como esse?”, criticou se referindo à política neoliberal para onde Paulo Guedes quer continuar levando o país. “Se não fosse o SUS estaria numa calamidade ainda pior”, afirmou.

Para Aloísio Mercadante, presidente da Fundação Perseu Abramo, o manifesto é uma resposta à queda do PIB da ordem de 11% em doze meses, ao desabamento do consumo das famílias e ao desemprego. E citou os 40 milhões de pessoas que querem trabalhar e não encontram emprego.

Diante da crise, Mercadante destacou a importância do auxílio emergencial e a continuidade dele. “Com 600 reais foram injetados 251 bilhões de reais” na economia. “Para onde vamos com a redução do auxílio emergencial para 300 reais? Vamos lutar pelo auxílio emergencial até o fim do ano. Essa é nossa prioridade”. O ex-ministro da Ciência e Tecnologia citou a queda os recursos no setor, assim como o estrangulamento de investimentos em saúde e educação.

Francisvaldo Mendes, presidente da Fundação Lauro Campos/Marielle Franco, afirmou que “nesse debate sobre a preservação da vida, o que está em debate de fundo, que veio com a pandemia, é na verdade um modelo de Estado”.

“Para enfrentar essa emergência sanitária, nós precisamos na verdade de uma política econômica que vai dar vazão para um novo modelo de atuação do Estado, um Estado que seja para beneficiar a população”, defendeu Mendes.

Leia a íntegra do manifesto no site do HP: <https://horadopovo.com.br/fundacoes-partidarias-propoeem-alternativas-para-o-desastre-economico-de-guedes/>

Investimentos desabaram 15,4% em relação aos 3 primeiros meses do ano

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil desabou 9,7% no segundo trimestre, na comparação com os três primeiros meses do ano, segundo divulgou na terça-feira (1) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São dois trimestres consecutivos de quedas de uma economia que já vinha estagnada há três anos, após a recessão que durou de meados de 2014 a 2016.

“Com esse resultado, a gente está 15,1% abaixo do pico, que foi no primeiro trimestre de 2014”, declarou Rebeca de La Roque Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Já no primeiro trimestre (janeiro, fevereiro e março), a economia, que não estava “decolando”, como dizia o ministro Guedes, foi derrubada em menos 2,5%, resultado revisado pelo IBGE. Antes foi divulgado uma queda de -1,5%.

A pandemia da Covid-19, diante da economia frágil e de um governo tresloucado, ceifou a vida, até então, de mais de 120 mil brasileiros, e mais de 40 milhões de brasileiros estão no desemprego ou buscam trabalho e não conseguem encontrar. Milhares de negócios, de micro, pequenas, médias empresas, entre lojas e indústrias, encerraram as portas.

A queda não foi ainda maior graças ao auxílio emergencial, aprovado pelo Congresso Nacional, após pressão da sociedade, e contra a vontade de Bolsonaro&Guedes.

O tombo do PIB, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, no segundo trimestre, foi o maior tombo registrado no país desde o início da série calculada pelo IBGE. O maior recuo tinha sido de -3,9% no quarto trimestre de 2008 (-3,9%). Em relação ao segundo trimestre de 2019, a queda foi ainda maior, de 11,4%. No acumulado no primeiro semestre, o PIB caiu 5,9% em relação a igual período de 2019.

Em valores correntes, o PIB do segundo trimestre totalizou R\$ 1,653 trilhão.

INVESTIMENTOS DESABAM 15,4%

No segundo trimestre, os investimentos desabaram -15,4% na comparação com os três primeiros meses do ano. Com o resultado, a taxa de investimento em percentual do PIB encolheu para 15%, abaixo da observada no mesmo período de 2019 (15,3%).

Entre os segmentos, a maior queda foi na indústria (-12,3%), seguida

por serviços (-9,7%), que possui maior peso no PIB (da ordem de 75%). Foram as maiores quedas já registradas em toda a série histórica do PIB, iniciada em 1996. Segundo o IBGE, “Somados, indústria e serviços representam 95% do PIB nacional”.

Só a agropecuária teve alta, ainda de apenas 0,4%. A indústria extrativa caiu -1,1%; a indústria de transformação -17,5% e a construção civil -5,7%.

CONSUMO DAS FAMÍLIAS RECUA 12,5%

Com o desemprego e a queda na renda, o Consumo das famílias, considerado o motor do PIB, desabou e a queda também foi recorde: -12,5%. O Comércio caiu -13% e o Consumo do governo, em plena pandemia, recuou -8,8%. A Exportação ficou positiva em 1,8% e a Importação em menos 13,2%.

“Essa alta nas exportações tem muito a ver com as commodities, produtos alimentícios e petróleo. Já as importações caíram em vários setores, de veículos, toda a parte de serviço, viagens, já que tudo parou devido à pandemia”, destacou a pesquisadora.

PIB cai 11,4% em relação ao 2º trimestre de 2019

Comparado a igual período de 2019, o PIB caiu -11,4% no segundo trimestre de 2020, sendo essa a maior contração trimestral registrada na série histórica, iniciada em 1996, para essa base de comparação.

Entre as atividades, a Agropecuária cresceu 1,2%, a Indústria teve queda de 12,7%, sendo que a atividade das Indústrias de Transformação teve o pior resultado (-20,0%), outro recorde negativo da série histórica. O segundo recuo mais intenso veio da Construção (-11,1%).

Já Serviços caiu 11,2% em relação ao mesmo período de 2019, a maior queda já registrada na série histórica. A Despesa de Consumo das Famílias teve contração de 13,5%. Foi o segundo resultado negativo desta comparação após 11 trimestres de avanço.

A Formação Bruta de Capital Fixo recuou 15,2% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. A Despesa de Consumo do Governo teve queda de 8,6% em relação ao segundo trimestre de 2019.

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 0,5%, enquanto as Importações de Bens e Serviços recuaram 14,9% no segundo trimestre de 2020.

Cresce percentual de famílias inadimplentes

Com o desemprego aumentando e a renda caindo, o percentual de famílias endividadadas e inadimplentes voltou a subir em agosto, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgados nesta quinta-feira (3).

O endividamento das famílias com dívidas em cartão de crédito, cheque especial, carne de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, ou seja, com o setor financeiro, atingiu 67,5% das famílias brasileiras, acima dos 67,4% registrados em julho deste ano e dos 64,8% verificados em agosto de 2019.

A inadimplência chegou a 26,7% das famílias em agosto, percentual superior aos 26,3% de julho deste ano e aos 24,3% de agosto do ano passado. De acordo com a pesquisa ainda, as famílias que não terão condições de pagar suas contas chegou a 12,1% acima dos

9,5% registrados em agosto do ano passado. Em julho deste ano, eram 12%.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da CNC, é realizada desde janeiro de 2010. A CNC entrevistou cerca de 18 mil consumidores, em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal.

A entidade também apontou que o endividamento segue crescendo entre as famílias de menor renda. “Para as famílias com renda até 10 salários mínimos, o percentual de famílias endividadadas alcançou novo recorde de 69,5% em agosto, ante 69%, em julho, e 66,1% em agosto de 2019”, destacou a CNC, que afirmou ainda que o percentual de famílias sem condições de quitar suas dívidas, com renda até 10 salários mínimos, também cresceu 13,9% em agosto, nas condições de pagar suas contas chegou a 13,7% e agosto do ano passado (11,2%).

Bolsonaro sabota vacinação em massa contra a Covid-19



Orlando Silva discursando durante a convenção
Orlando é o candidato do PCdoB à Prefeitura de SP: "prioridade total à geração de empregos"

O PCdoB confirmou, em convenção realizada no sábado (5), a candidatura de Orlando Silva à Prefeitura de São Paulo. É a primeira vez que o partido terá candidato próprio na cidade.

Segundo Orlando, a "prioridade absoluta será um programa de formação de emprego e renda em São Paulo".

"O tema do desemprego, da precariedade do trabalho, que no começo desse ano já se mostrava como um desafio fundamental, vai ser ainda mais importante no pós-pandemia".

O deputado garantiu que sua candidatura fará "um esforço extraordinário para traçar um plano" visando a geração de empregos. O plano incluirá retomada de investimentos e de obras públicas, a criação de frentes de trabalho, como para a juventude, "para quem é sempre o dobro do desemprego em relação à população economicamente ativa", e microcréditos "para que a gente possa ter na periferia uma alternativa" à informalidade.

É um "projeto popular, focado nas necessidades das populações que mais precisam, nos territórios em que o poder público precisa fazer a sua ação".

Orlando disse que a Prefeitura de São Paulo deve dar importância ao combate ao racismo na cidade.

"Que sejamos também uma referência mundial no enfrentamento ao racismo, na ruptura com o racismo. São Paulo será uma cidade melhor para todos quando for melhor para os negros, para as mulheres e para os trabalhadores", pontuou.

Durante a convenção, que foi feita de forma remota, diversas lideranças políticas manifestaram apoio à candidatura de Orlando Silva.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), disse em vídeo que "Orlando é a pessoa certa para promover uma campanha democrática, popular e que tenha o debate nacional em São Paulo".

Ele "é um dos líderes que eu conheci e reconheço como uma pessoa fundamental para a luta política no Brasil. Orlando reúne diversas virtudes. A primeira, e mais importante, é ter sensibilidade. É uma pessoa que sente como suas as dores, os sofrimentos, as necessidades da população".

"Orlando tem a capacidade de formular. Tem ideias, propostas, uma avaliação, uma leitura sobre o quadro político do Brasil, do estado de São Paulo e, especialmente, da cidade de São Paulo".

Para Dino, "Orlando tem ânimo, espírito de coragem, de dedicação, de entusiasmo, tão necessários nesse momento para que a gente possa vencer a desesperança, vencer esse sentimento de que as coisas erradas aí estão e ficarão para sempre".

A ex-deputada federal e pré-candidata à Prefeitura de Porto Alegre pelo PCdoB, Manuela D'Ávila, afirmou que Orlando Silva é "líder nato, que busca soluções efetivas para as questões que assolam o nosso povo".

"O povo trabalhador de São Paulo precisa se ver na política e saber que é ela que consegue solucionar os nossos problemas. Ter um homem negro na prefeitura, capaz de reconhecer os trabalhadores da prefeitura como seus iguais", disse.

A convenção também transmitiu vídeos de apoio da deputada federal Perpétua Almeida (AC), líder do partido na Câmara, das deputadas estaduais Olívia Santana (BA) e Leci Brandão (SP) e da presidente do PCdoB e vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos.

Luciana destacou que Orlando cumpre "um papel extraordinário na costura de uma frente ampla" contra Jair Bolsonaro e que sua candidatura trará a discussão "sobre uma cidade mais humana e inclusiva".

Os líderes sindicais Miguel Torres, presidente da Força Sindical, Ricardo Patã, presidente da UGT, Ubiraci Dantas de Oliveira, o Bira, presidente da CGTB, José Calixto Ramos, presidente da Nova Central, e Adilson Araújo, presidente da CTB, reforçaram a necessidade de reindustrializar São Paulo e garantir empregos de qualidade.

Orlando também recebeu o apoio da presidente da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) Ângela Guimarães.

Iago Montalvão, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que Orlando também foi presidente, Rozana Barroso, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), e Lucas Chen, presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), declararam apoio à candidatura de Orlando Silva.

A convenção do PCdoB homologou ainda a chapa com 83 nomes de candidatos a vereadores, entre os quais Carina Vitral, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União da Juventude Socialista (UJS), Mariana Moura, fundadora do grupo Cientistas Engajados, Rozina Conceição, da Unegro, a cantora Railídia Carvalho, e líderes sindicais, como Rodrigo de Moraes, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Ricardo Adriane de Sousa, conhecido como Peixe dos Correios ou Negopeixe. Ele foi secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de São Paulo.



Bolsonaro contra a vacinação em sua live realizada na quinta-feira (03)
Entidades repudiam censura à Globo para impedir que investigação sobre Flávio Bolsonaro seja divulgada

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos (Abraji) condenaram, em nota, a censura imposta à TV Globo pela juíza Cristina Feijó, da 33ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que proibiu a emissora de divulgar documentos da investigação contra o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) relacionados ao caso da "rachadinha".

A juíza atendeu a um pedido de liminar dos advogados Rodrigo Roca e Luciana Pires, que defendem Flávio Bolsonaro.

Para o presidente da ABI, Paulo Jerônimo, a censura da juíza "é mais um atropelo à liberdade de expressão". "Parece estar se tornando praxe no país a censura à imprensa, tal como existia no tempo da ditadura militar e do AI-5", lembrou.

Ao final, a entidade questiona Bolsonaro: "Afinal, por que Fabrício Queiroz depositou R\$ 89 mil na conta bancária de Michele Bolsonaro?".

A Abraji diz na sua nota que "se posiciona contra qualquer tipo de censura, por se tratar de uma violação à liberdade de imprensa e de expressão. Impedir veículos e jornalistas de publicar reportagens é prejudicial não apenas ao direito à informação, como também ao papel da imprensa como fiscal das atividades do Estado".

Por sua vez a ANJ assinala que "qualquer tipo de censura é terminantemente vedada pela Constituição e, além de atentar contra a liberdade de imprensa, cerceia o direito da sociedade de ser livremente informada. Isso é ainda mais grave quando se tratam de in-

formações de evidente interesse público".

Políticos também se pronunciaram.

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), candidato a prefeito de São Paulo, protestou contra a decisão e disse que a "Justiça do Rio de Janeiro censurou preventivamente a Rede Globo para impedir que a emissora mostrasse documentos da investigação dos crimes de Flávio Bolsonaro". "Censurou preventivamente para proteger um miliciano".

O presidente do Cidadania23, Roberto Freire, comentou em seu Twitter que desvios de dinheiro público, como a "rachadinha", é o que "o clã Bolsonaro sabe fazer com maestria e que tentam de toda forma impedir que a imprensa divulgue sobre fatos e falcatruas investigadas".

"Infelizmente temos juízes que se prestam ao papel de censor", lamentou.

Leia as notas das entidades na íntegra:

ABI
Parece estar se tornando praxe no país a censura à imprensa, tal como existia no tempo da ditadura militar e do AI-5.

Decisão da juíza da 33ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, nesta sexta-feira, a divulgação de qualquer documento relacionado com o esquema das "rachadinhas", a pedido dos advogados do senador Flávio Bolsonaro.

É mais um atropelo à liberdade de expressão.

É urgente que o STF restabeleça o império de lei.

A propósito, sabe-se que os recursos da chamada "rachadinha" alimentaram vultosos depósitos na conta da primeira-dama.

Por isso, cabe mais uma vez a pergunta, ainda não respondida pelo presidente da República: "Afinal,

por que Fabrício Queiroz depositou R\$ 89 mil na conta bancária de Michele Bolsonaro?"

Paulo Jerônimo
Presidente da ABI
Abraji
Em decisão liminar expedida no dia 4.set.2020, a juíza de 1ª instância Cristina Feijó, da 33ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, proibiu a veiculação de documentos relacionados a investigações contra o senador Flávio Bolsonaro pela TV Globo.

A censura prévia é inaceitável numa democracia, sobretudo quando o alvo da cobertura jornalística é uma pessoa pública, cujo mandato foi outorgado pelo voto. A decisão dificulta a cobertura jornalística das graves denúncias contra o senador Flávio Bolsonaro e impede que a sociedade avalie o desempenho das autoridades na apuração dos fatos.

A Abraji se posiciona contra qualquer tipo de censura, por se tratar de uma violação à liberdade de imprensa e de expressão. Impedir veículos e jornalistas de publicar reportagens é prejudicial não apenas ao direito à informação, como também ao papel da imprensa como fiscal das atividades do Estado.

Diretoria da Abraji, 5 de setembro de 2020.
ANJ
Qualquer tipo de censura é terminantemente vedada pela Constituição e, além de atentar contra a liberdade de imprensa, cerceia o direito da sociedade de ser livremente informada. Isso é ainda mais grave quando se tratam de informações de evidente interesse público. A ANJ espera que a decisão inconstitucional da juíza seja logo revogada pelo próprio Poder Judiciário.

Filho de Márcio França se integra à claque bolsonarista no Vale do Ribeira

O filho de Márcio França (PSB), pré-candidato a prefeito de São Paulo, deputado Caio França (PSB), fez elogios a Jair Bolsonaro em evento realizado na quinta-feira (03) na cidade de Pariqueira-Açu, no Vale do Ribeira. "Em 50 anos, Bolsonaro é o primeiro presidente a ir ao Vale do Ribeira, uma região carente que não pode perder a oportunidade de ter essa relação [com o presidente] e tentar prosperar", disse o deputado.

Essa é mais uma demonstração da aproximação de Márcio França com o bolsonarismo, depois que se lançou pré-candidato. Em inauguração na Baixada Santista no mês passado, Márcio apareceu em foto junto a Bolsonaro, causando irritação em integrantes das bases do PSB e PDT. Depois de elogiar Bolsonaro, o deputado Caio França fez críticas a Dória em relação à atuação no Vale do Ribeira. "Eu tenho críticas ao governo do estado e ao Vale do Futuro [projeto de Dória para a região]", disse ele.

O deputado federal e ex-ministro Orlando Silva, pré-candidato a prefeito pelo PCdoB-SP, comentou recentemente que Márcio França

Tanto Bolsonaro quanto a Secom demonstram, com essa atitude, um completo desconhecimento da própria legislação brasileira. Ele afirmou, em sua live nesta quinta-feira (03), que vai vetar qualquer lei que obrigue a vacinação contra a Covid-19. Só que a lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, assinada pelo próprio Bolsonaro, já torna a vacinação obrigatória. Ela estabelece medidas para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. O artigo 3º da lei já previa, mesmo antes das milhares de mortes provocadas pelo vírus, a vacinação compulsória, isto é, obrigatória.

Outra lei que Bolsonaro desrespeitou, a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), também já torna obrigatória a vacinação. Ela estabelece, no artigo 14, parágrafo primeiro, que é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

"O ECA garante a vacinação das crianças e adolescentes como um direito a ser cumprido, protegendo à saúde desse público, uma vez que a vacinação é uma intervenção de saúde pública fundamental para evitar que crianças e adolescentes adoeçam por doenças imunopreveníveis e para que não sejam disseminadores destas doenças", explica Francieli Fontana, coordenadora substituta do Programa Nacional de Imunizações.

Por conta dessas obscuras campanhas anti-vacinas, doenças antes erradicadas no Brasil, como o sarampo por exemplo, estão voltando. O certificado entregue pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) em 2016, que declarava a região das Américas como primeira zona livre de sarampo, perdeu o significado, tendo em vista que a doença voltou.

O Brasil contabilizou em 2019 mais de 4 mil casos confirmados da doença. Para reverter essa situação, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou, no início do mês, um projeto de lei federal que prevê pena de detenção de um mês a um ano para quem deixar de vacinar crianças ou adolescentes.

Para o presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS), Carlos Kremer, essa enxurrada de notícias falsas sobre vacinas devem ser tratadas também com campanhas de conscientização sobre a importância de vacinar as crianças. O governo está fazendo o contrário disso.

O Projeto de Lei (PL) nº 3.842/2019, elaborado pela deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA) e apresentado pelo deputado federal Pedro Westphalen (PP-RS), acrescenta ao Código Penal o crime de "omissão e oposição à vacina". A divulgação de informações falsas sobre as vacinas também se enquadra no PL.

Para a promotora da Infância e da Juventude de Porto Alegre Maria Augusta Menz, a prisão é uma boa pena para situações como esta. "O fato de existir uma pena pode advertir os pais da necessidade de vacinar os filhos. E, a partir disso, eles, obviamente, vão ficar mais atentos. A única pena possível, hoje, é a retirada da guarda dos pais, e acho que isso é até mais grave que a prisão, porque há meios de evitar que essa prisão de fato ocorra. E essa pena pode servir para que as pessoas pensem duas vezes antes de decidir não vacinar", explica a promotora.

Próprio Bolsonaro não podia estar fazendo campanhas como esta. Além das leis já existentes, o Projeto de Lei nº 3.842 também prevê a prisão para aqueles que divulgarem informações equivocadas ou duvidosas sobre a importância das vacinas. Para a advogada criminalista Ana Julia Menezes, o projeto é um resultado do cenário atual da alta propagação de notícias falsas sobre o assunto.

Advogada especializada em Direito de Família Rosana Pelligrini aponta que o projeto certamente é uma resposta a esses boatos e que a existência de leis que preveem pena para divulgação de informações duvidosas é inovador. "Muitos pais decidem não vacinar com base em determinados estudos e notícias que dizem que as vacinas não têm eficácia, mas que, na verdade, são fake news", explica.

Há uma unanimidade entre os especialistas que combatem às epidemias e campanhas de vacinação, que envolvem a vida ou a morte de milhares de pessoas, são decisões de Estado e não de indivíduos ou de famílias.

Luciana Santos ainda comentou nas redes sociais que a aliança com o PSB em Pernambuco "que vem desde Pelópidas e Arraes, formada em torno de um projeto democrático e popular, na defesa de cidades inclusivas, com políticas públicas arrojadas e avançadas para aqueles que mais precisam".

"Não tenho dúvidas de que João Campos tem talento, capacidade política e a empatia necessária para representar esse projeto",

prosseguiu Luciana.

A presidente do PCdoB ainda destacou que João Campos "foi o deputado federal mais votado, já na sua primeira disputa, é estudioso, dedicado e trabalhador, revelando que é alguém que assume esses compromissos não só na retórica, mas na prática. Viva a Frente Popular do Recife!".

João Campos é filho do ex-governador Eduardo Campos e bisneto de Miguel Arraes.

Ele e a Secom lançaram uma campanha contra. "Ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina", disse para uma apoiadora

Enquanto a população do mundo inteiro aposta nas mais de 100 vacinas que estão sendo testadas em diversos laboratórios farmacêuticos do planeta, inclusive três delas já em estágio avançado no Brasil, como solução definitiva para derrotar a epidemia do novo coronavírus, Jair Bolsonaro se aferra à ignorância, ao obscurantismo pré-medieval e anticientífico e, através de sua Secretaria de Comunicação (Secom), inicia uma campanha ilegal de desinformação contra a vacinação da Covid-19.

Além de ilegal, a postagem da Secom nas redes sociais é considerada pelas plataformas digitais como "notícia falsa". A fake news seria uma "peça de marketing" da frase de Bolsonaro pronunciada na segunda-feira (01) no "cercaquinho do Alvorada", em resposta a uma de suas seguidoras. Ela pediu a Bolsonaro para não permitir "esse negócio de vacina", afirmando ser perigoso. Em total atropelo à lei, Bolsonaro responde: "Ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina". Depois disso, a Secom publicou um banner repetindo a mesma afirmação.

Abaixo a campanha ilegal da Secom

O Governo do Brasil multa bilhões de reais para salvar vidas e garantir empregos. Estabelece vacina e investiu na produção de vacinas livres para todos e multiplica saúde econômica. 10,00 por mês, sua melhor opção! Suficientemente não está na prisão.

Tanto Bolsonaro quanto a Secom demonstram, com essa atitude, um completo desconhecimento da própria legislação brasileira. Ele afirmou, em sua live nesta quinta-feira (03), que vai vetar qualquer lei que obrigue a vacinação contra a Covid-19. Só que a lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, assinada pelo próprio Bolsonaro, já torna a vacinação obrigatória. Ela estabelece medidas para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. O artigo 3º da lei já previa, mesmo antes das milhares de mortes provocadas pelo vírus, a vacinação compulsória, isto é, obrigatória.

Outra lei que Bolsonaro desrespeitou, a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), também já torna obrigatória a vacinação. Ela estabelece, no artigo 14, parágrafo primeiro, que é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

"O ECA garante a vacinação das crianças e adolescentes como um direito a ser cumprido, protegendo à saúde desse público, uma vez que a vacinação é uma intervenção de saúde pública fundamental para evitar que crianças e adolescentes adoeçam por doenças imunopreveníveis e para que não sejam disseminadores destas doenças", explica Francieli Fontana, coordenadora substituta do Programa Nacional de Imunizações.

Por conta dessas obscuras campanhas anti-vacinas, doenças antes erradicadas no Brasil, como o sarampo por exemplo, estão voltando. O certificado entregue pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) em 2016, que declarava a região das Américas como primeira zona livre de sarampo, perdeu o significado, tendo em vista que a doença voltou.

O Brasil contabilizou em 2019 mais de 4 mil casos confirmados da doença. Para reverter essa situação, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou, no início do mês, um projeto de lei federal que prevê pena de detenção de um mês a um ano para quem deixar de vacinar crianças ou adolescentes.

Para o presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS), Carlos Kremer, essa enxurrada de notícias falsas sobre vacinas devem ser tratadas também com campanhas de conscientização sobre a importância de vacinar as crianças. O governo está fazendo o contrário disso.

O Projeto de Lei (PL) nº 3.842/2019, elaborado pela deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA) e apresentado pelo deputado federal Pedro Westphalen (PP-RS), acrescenta ao Código Penal o crime de "omissão e oposição à vacina". A divulgação de informações falsas sobre as vacinas também se enquadra no PL.

Para a promotora da Infância e da Juventude de Porto Alegre Maria Augusta Menz, a prisão é uma boa pena para situações como esta. "O fato de existir uma pena pode advertir os pais da necessidade de vacinar os filhos. E, a partir disso, eles, obviamente, vão ficar mais atentos. A única pena possível, hoje, é a retirada da guarda dos pais, e acho que isso é até mais grave que a prisão, porque há meios de evitar que essa prisão de fato ocorra. E essa pena pode servir para que as pessoas pensem duas vezes antes de decidir não vacinar", explica a promotora.

Próprio Bolsonaro não podia estar fazendo campanhas como esta. Além das leis já existentes, o Projeto de Lei nº 3.842 também prevê a prisão para aqueles que divulgarem informações equivocadas ou duvidosas sobre a importância das vacinas. Para a advogada criminalista Ana Julia Menezes, o projeto é um resultado do cenário atual da alta propagação de notícias falsas sobre o assunto.

Advogada especializada em Direito de Família Rosana Pelligrini aponta que o projeto certamente é uma resposta a esses boatos e que a existência de leis que preveem pena para divulgação de informações duvidosas é inovador. "Muitos pais decidem não vacinar com base em determinados estudos e notícias que dizem que as vacinas não têm eficácia, mas que, na verdade, são fake news", explica.

Há uma unanimidade entre os especialistas que combatem às epidemias e campanhas de vacinação, que envolvem a vida ou a morte de milhares de pessoas, são decisões de Estado e não de indivíduos ou de famílias.

Luciana Santos ainda comentou nas redes sociais que a aliança com o PSB em Pernambuco "que vem desde Pelópidas e Arraes, formada em torno de um projeto democrático e popular, na defesa de cidades inclusivas, com políticas públicas arrojadas e avançadas para aqueles que mais precisam".

"Não tenho dúvidas de que João Campos tem talento, capacidade política e a empatia necessária para representar esse projeto",

prosseguiu Luciana.

A presidente do PCdoB ainda destacou que João Campos "foi o deputado federal mais votado, já na sua primeira disputa, é estudioso, dedicado e trabalhador, revelando que é alguém que assume esses compromissos não só na retórica, mas na prática. Viva a Frente Popular do Recife!".

João Campos é filho do ex-governador Eduardo Campos e bisneto de Miguel Arraes.

Bolsonaro não impede aumento de preços de alimentos da cesta básica

Em plena recessão e em meio à pandemia, cesta básica tem aumento de 28%. Governo permite a especulação com preços e quer isentar importação

O arroz é um alimento protagonista da mesa do brasileiro. Diariamente, o alimento consta na cesta do povo brasileiro e nas mesas de almoço e jantar sucessivamente. Porém, o aumento no preço do produto em supermercados brasileiros tem sido criticado pela população, que confirma cada vez mais o preço abusivo do alimento aos consumidores.

Conforme divulgado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA-Esalaq/USP) na última sexta-feira (28), o preço da saca de 50 quilos de arroz bateu o marca de R\$ 93,05, com variação de 4,48%. Um recorde. O aumento do preço da saca acaba se refletindo diretamente no consumidor.

Nesta semana, um pacote de arroz de 5 quilos pode ser encontrado pelo preço de R\$ 24 em alguns supermercados de Goiânia (GO), Palmas (TO), Campo Grande (MS), Rondonópolis (MT) entre muitos outros. Desta mesma forma, de acordo com a variação de alguns supermercados, o mesmo produto chegou a custar R\$ 42 em diversas localidades.

O aumento na alta do dólar, a entressafra do grão, juntamente com redução da produção nacional e crescimento das exportações também pode estar na lista para esse aumento. A alta no preço dos alimentos acontece ainda em meio a uma recessão de 9,7%, com uma taxa de desemprego de 13,6%.

CESTA BÁSICA

O aumento na cesta básica resulta em grandes dificuldades na vida do povo brasileiro. O governo até então não demonstrou qualquer ação de regulação ou redução na situação, o que leva milhares de famílias a ter que escolher o que vai eliminar de sua alimentação básica. André Braz, coordenador de índices de preço do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV), afirma que um grupo de produtos formado por arroz, farinha de trigo, açúcar refinado, açúcar cristal, frango em pedaços, carne bovina, carne suína e óleo de soja acumula alta de 28,98% no atacado em 12 meses até agosto. Ao consumidor, essa mesma cesta de itens subiu 23,8% em 12 meses. Quando olhamos item a item, apenas a alimentação em casa subiu bem acima no mesmo período: mais de 11%, de acordo com um levantamento feito pela

Fecomércio São Paulo.

O músculo, que é uma opção para economizar, ficou quase 28% mais caro em 12 meses. A laranja-pêra e o leite longa vida também subiram. E até a dupla feijão e arroz não escapou. O arroz, 22% a mais, e o feijão carioca disparou 46%.

“Isso mostra que as famílias estão tendo dificuldade no equilíbrio do orçamento doméstico, principalmente aquelas famílias com renda mais baixa. Então elas estão tirando de algum outro lugar, seja de habitação, seja de saúde para poder ter a manutenção nos gastos de alimentos e bebidas”, diz Guilherme Dietze, assessor econômico da Fecomércio.

Ao invés de tabelar os preços, ou fazer uso de estoques reguladores para impedir a especulação com os produtos básicos da alimentação dos brasileiros, o governo avalia como medida reduzir as tarifas de importação de arroz, milho e soja.

A medida não teria qualquer efeito já que apenas ampliaria a margem para a especulação.

Para o presidente da Associação Goiana de Supermercados de Goiás (Agos), Gilberto Soares, um dos fatores que mais pesou para a alta do preço do arroz foi a grande quantidade de exportações.

Segundo Soares, é preciso uma política mais rígida de exportações que evite a falta do produto internamente. “A oferta do arroz em casca está baixa. Nunca se exportou tanto arroz quanto nesse ano, em especial para o Peru, México e Venezuela. Faltou um regramento, políticas de exportações. Teriam que ter regulado isso daí, com maiores taxações, pra não acontecer o que aconteceu”, diz.

Entre vender dentro do país e mandar para o exterior, o produtor brasileiro tem escolhido a exportação, porque está ganhando mais dinheiro, diz o economista Guilherme Moreira, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor/Fipe.

“O dólar acima de R\$ 5 favorece quem exporta esses alimentos, então o consumidor, na verdade, está competindo pela soja, pelo milho, pela carne, pelo frango, com o consumidor chinês, e em desvantagem, porque ele está pagando mais caro em reais por conta um pouco dessa cotação do câmbio”, avalia Guilherme Moreira.

Rio: Crivella escapa de impeachment e Câmara instala CPI do Guardiões

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro rejeitou, por 25 votos a 23 (dos 51 vereadores, três não votaram), a abertura de processo de impeachment contra o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos).

Ele é acusado de improbidade administrativa por administrar um grupo de auto intitulado “Guardiões do Crivella”, que tem como foco manter servidores públicos ao redor de hospitais municipais para impedir o trabalho da imprensa e evitar reportagens sobre eventuais problemas nas unidades de saúde.

Para aprovação do início do processo bastava maioria simples, mas a proposta foi derrotada.

Os vereadores favoráveis ao impeachment denunciam a “formação de milícia” dos Guardiões do Crivella e usaram termos como “capangas” e “jagunços” ao referirem-se aos investigados.

Célio Luparelli (DEM), o primeiro a se manifestar, comparou a atuação do grupo com o crime organizado. “Uma verdadeira atitude de milícia. Ficou nitido o desvio de função. O objetivo incluía tumultuar o livre exercício da informação”, afirmou.

A vereadora Veronica Costa (DEM) condenou a atuação de Crivella. “Quando o senhor tira o dinheiro dos remédios, tira médicos, equipamentos para fazer exames, você está assassinando as pessoas. Quando o senhor bota esses capangas, esses guardiões na porta dos hospitais, você está impedindo a população de ter acesso à realidade dos fatos que acontecem dentro dos hospitais”.

Já Paulo Pinheiro (PSOL) acredita que Crivella cometeu abuso do poder político com fins eleitorais. “Mais uma vez, tudo em flagrante. Não precisaríamos nem CPI para isso. A polícia investiga e nós temos tudo claro em nossas mãos, as imagens estão

ali, cometeu pelo menos três condutas gravemente condenáveis para um administrador público como dizem que o prefeito é. Nomeação de pessoas não de funcionários para o exercício de atividade ilegal. Quem nomeou esses guardiões, esses capangas para trabalhar nessa função? Tentando impedir o trabalho da imprensa e que familiares tenham informações. Servidor público era um guardião do povo, não guardião do prefeito para livrá-lo de críticas e esconder sua incompetência e gravíssimos erros administrativos.

O mesmo foi dito por Paulo Messina (MDB), ex-secretário de Casa Civil de Crivella.

“Que vergonha. Eu sinto vergonha do que virou o governo Crivella. Virou uma milícia paga com o nosso dinheiro. Com o dinheiro do povo, dos nossos filhos nas escolas, com dinheiro de imposto que o povo compra de comida, de aluguel. Virou uma milícia paga. Isso que virou o governo Crivella”, disse Messina.

A conduta de Crivella será investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O pedido foi apresentado pela vereadora Teresa Bergher (Cidadania). O presidente da Câmara declarou que a CPI cumpre todos os requisitos para a sua abertura: ter 1/3 dos vereadores a favor da abertura, possuir fato determinado concreto e ser de competência municipal.

A composição da CPI se dá conforme a representação partidária da Câmara. O requerimento foi assinado por 14 vereadores e teve apoio de outros 4. Eles defendem que “os fatos amplamente divulgados pela imprensa [...] em tese representam grave violação legal e aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública”.



Preço do pacote de 5 kg de arroz custava até R\$ 14 antes da pandemia

Espírito Santo tem a menor taxa de mortalidade hospitalar na pandemia

O secretário de Estado da Saúde, Nécio Fernandes, apresentou as conclusões de um estudo na rede de saúde capixaba, onde mostra a menor mortalidade hospitalar em avaliação nacional.

O estudo analisou evolução de mil pacientes Covid em UTIs de 13 hospitais da Rede Sesa entre julho e agosto. “Quem procurou a rede pública do Espírito Santo teve o melhor tratamento e sobreviveu mais”, disse Carlos Eduardo Reis, empresa Epimed Solutions, especializada em gestão de informações clínicas e epidemiológicas, durante a coletiva.

O estudo analisou a evolução de 14.699 pacientes Covid-19 durante um período de 50 dias, entre 1 de julho e 20 de agosto. Desse total, 1.034 são da rede da Sesa/ES, outros 9.425 são da rede



“Maior quantidade de pacientes saem com vida”

privada brasileira e 5.274 da rede pública, “uma das maiores bases de dados do mundo”, classificou Carlos Eduardo Reis. A comparação desses quatro grupos (total, rede Sesa, rede privada Brasil e rede pública Brasil), disse o presidente da Epimed, mostra que, no Espírito Santo, há “uma maior quantidade de pacientes que saem com vida, mesmo comparado com a média da rede particular do Brasil”.

O especialista enfatizou que um dos motivos do resultado capixaba foi a rapidez no diagnóstico. Conforme informado pelo secretário Nécio Fernandes, “mais de 60% dos pacientes já chegam aos hospitais com confirmação diagnóstica laboratorial”, podendo então ser isolados dos suspeitos, evitando infecções cruzadas dentro dos hospitais e receber “as melhores práticas assistenciais”.



Inpe registrou 10.316 focos de queimada na região pantaneira em 2020

Incêndios já consumiram 12% do Pantanal

De janeiro até o final de agosto, o fogo no Pantanal brasileiro já havia queimado uma área correspondente a 12 cidades de São Paulo – 18.646 km², cerca de 12% da área total do bioma –, segundo dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

O Inpe também detectou 10.316 focos de queima desde o início do ano até 3 de setembro, o maior número para o período desde o início dos registros, em 1998. E o pior ainda pode estar por vir – setembro é o mês com a média mais alta de focos e a chuvas costumam chegar na segunda metade de outubro. Pelo menos em Mato Grosso, 95% da destruição ocorreu em áreas de vegetação nativa: campos de gramíneas e ervas, florestas, palmeiras, arbustos e toda a fauna que se aproveita desses ecossistemas perdidos para as chamas, segundo o Instituto Centro de Vida (ICV).

Perícias realizadas pelo Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional (Ciman-MT) apontam que os incêndios que atingem a região do Pantanal mato-

-grossense a cerca de dois meses, foram provocados por ação humana.

Foi identificado na perícia, queima de pasto, fogo em raízes de árvore para retirar mel de abelha e incêndios em máquina agrícola e em veículo. Os laudos foram encaminhados para a Delegacia de Meio Ambiente (Dema) para a abertura de inquérito e responsabilização dos infratores. A perícia fez um estudo e analisou imagens de satélite para auxiliar na identificação da origem do incêndio. A plataforma permite o registro diário, assim como a identificação dos focos.

Na Reserva Particular do Patrimônio Natural Sesc Pantanal (RPPN), em Barão de Melgaço, a causa do incêndio foi dada como queima intencional de vegetação desmatada para criação de área de pasto para gado. A reserva já perdeu 1/3 da sua vegetação natural.

A equipe foi até o local com uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) e constatou o uso de madeiras, palanques de cerca e rodeios para o gado. Próximo a este local a equipe também encontrou galões de óleo diesel que aparentavam

terem sido utilizados para incendiar as pilhas de material vegetal derrubado.

Já na Fazenda Espírito Santo, uma máquina agrícola que fazia limpeza de área com enleiramento (parte do processo da junção do material que formará o feno) pegou fogo e deu início ao incêndio na região. Na Rodovia Transpantaneira, a perícia constatou a causa como acidente automobilístico. Um veículo perdeu o controle na cabeceira de uma das pontes da rodovia, caiu no barranco e pegou fogo logo depois. No local foram encontrados vestígios indicadores de queima e restos do veículo.

A penalidade varia de R\$ 1 mil a R\$ 7,5 mil por hectare, conforme decreto federal 6514/2008. No caso de incêndios na área urbana, a multa é aplicada pela prefeitura municipal. Dessa forma, a penalidade para quem pratica queimadas ilegais em Mato Grosso pode chegar a R\$ 50 milhões de reais em multa ambiental e a detenção um a quatro anos, em caso de dolo, e de no mínimo seis meses em caso de incêndio culposo, sem a intenção de provocar o fogo.



Apóstolo Valdemiro e RR Soares

MPF defende cassação de passaportes diplomáticos dados por Jair Bolsonaro a Valdemiro e RR Soares

O Ministério Público Federal defendeu a cassação dos passaportes diplomáticos do apóstolo Valdemiro Santiago, fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus, e do missionário R.R. Soares, da Igreja Internacional da Graça. Segundo o procurador regional da República Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, a concessão de passaporte diplomático a líder religioso viola o princípio da laicidade do Estado.

“Privilegia determinada fé e discrimina cidadãos brasileiros residentes no exterior que professam outros cultos, motivo pelo qual não se encontra presente o especial interesse do país”, afirmou. A informação é da coluna de Rogério Gentile, no portal UOL.

O passaporte de Valdemiro Santiago foi concedido em agosto do ano passado pelo governo Jair Bolsonaro. Sua esposa, bispa Franciléia de Oliveira, também recebeu o documento, que dá ao seu portador privilégios nas filas de aeroportos internacionais e até mesmo a dispensa de visto em alguns países.

O parecer do MPF foi feito a pedido do Tribunal Regional Federal, que analisará um recurso contra uma decisão de primeira instância que considerou que Valdemiro e sua mulher não têm legalmente direito ao documento.

A defesa do apóstolo Valdemiro alegou que ele é um **ministro religioso** de grande notoriedade que propaga sua fé não apenas no Brasil, mas em outros 24 países. “Limitar o seu trabalho é impedir o direito ao livre exercício de culto e a promoção da fé religiosa”, alegou o advogado Dennis Benaglia Munhoz.

RR

No processo movido contra RR Soares e sua mulher Maria Magdalena Soares, a procuradora Priscila Röder disse que a propagação de crenças religiosas não pode ser considerada como atividade de interesse do país. “Não se trata de missão oficial”, afirma. Os passaportes dos líderes da Igreja da Graça foram concedidos pelo governo Bolsonaro em junho do ano passado.

Segundo a procuradora, as atividades sociais desenvolvidas pela igreja em outros países não são uma justificativa aceitável para o privilégio. “Se assim o fosse, integrantes de ONGs e associações voltadas a questões sociais e humanitárias também teriam direito de portar passaporte diplomático”.

O governo federal argumenta que os religiosos exercem atividades em prol de comunidades brasileiras no exterior. “A finalidade da concessão do passaporte diplomático é permitir que eles desenvolvam as atividades de maneira mais eficiente”, afirma. Argumenta também que a concessão de visto facilita a entrada em países que, diferentemente do Brasil, as liberdades religiosas e de pensamento não são tão rigorosamente respeitadas ou prestigiadas.

Os advogados de RR Soares afirmam que ele não é um simples turista internacional, mas um líder religioso de renome que **transcende seus interesses individuais**.

“Romildo Ribeiro Soares carrega consigo, em suas viagens missionárias, interesses coletivos e difusos que transcendem aos seus interesses individuais, autorizando a interpretação de que, dentro destes interesses, há também interesse do país”, afirmou o advogado Alexandre Henrique Costa Dias, que o representa.

Envio da Força Nacional à Bahia sem autorização do governador é ilegal, diz Rui

O secretário Especial dos Assuntos Fundiários, Luiz Antônio Nabhan Garcia, homem de confiança de Bolsonaro e autodeclarado inimigo da reforma agrária foi quem pediu o uso da Força Nacional de Segurança Pública em áreas ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nos municípios de Prado e Mucuri, no extremo sul da Bahia, pelos próximos trinta dias.

A medida que permite o uso da Força Nacional foi publicada, na quarta-feira (2), no Diário Oficial da União, e foi assinada pelo ministro da Justiça, André Mendonça. Na portaria de nº 493, de 1º de setembro de 2020, a determinação tem objetivo de garantir apoio ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) nos “serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado”. O decreto é válido de 3 de setembro a 2 de outubro.

O governador do estado, Rui Costa (PT), informou que entrará com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar a portaria. Segundo Rui Costa é “ilegal” a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) ao autorizar o efetivo num assentamento do Inera sem que o estado seja comunicado, consultado. Ele disse que enviou uma carta ao ministro da Justiça, André Mendonça, com o posicionamento sobre o fato e disse ter pedido a Procuradoria-Geral do Estado, que ingresse com uma ação judicial contra esta autorização do governo federal.

“Registro que tal ato deu-se sem que houvesse solicitado pelo Estado da Bahia, e tem por objetivo o exercício de competência estadual atinente à segurança pública. Desarticulado, portanto, de uma ação cooperativa, que ensejou a formação da FNSP, põe sob ameaça o pacto federativo, cláusula pétra da Constituição Federal”, pontuou Rui na carta.

Além de reduzir à metade, governo Bolsonaro restringe acesso a auxílio emergencial

O governo Bolsonaro, além de cortar o pela metade, restringiu o acesso ao auxílio emergencial em nova Medida Provisória (MP 1.000/2020) publicada no Diário Oficial, na quinta-feira (03). A MP reduziu o benefício de R\$ 600 para R\$300 até dezembro.

Desde o início das discussões sobre o auxílio emergencial, em meados de março, o governo federal defendeu que o valor não superasse os R\$ 200, sendo derrotado no Congresso Nacional. Para tentar dissociar um projeto do outro, o governo batizou nessa nova MP como “auxílio residual”, como se fosse apenas um “resto a pagar” do benefício anterior. Assim, podendo passar as novas regras gerais com um novo projeto e não como restrições, propriamente ditas.

O critério de renda continua o mesmo, e só poderá receber quem tenha renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) com a renda familiar total de até três salários mínimos (R\$ 3.135).

Porém, quem foi incluído como dependente no Imposto de Renda (IR) em 2019 está excluído do auxílio de R\$ 300. Este critério valerá para cônjuge e para companheiro com o qual o contribuinte tenha filho ou com o qual conviva há mais de 5 anos, além de filho ou enteado.

“Além de cortar pela metade o valor do auxílio emergencial, Bolsonaro ainda impôs uma série de restrições para que as pessoas recebam o benefício. É um absurdo! O país está em uma crise econômica sem precedentes. O governo quer matar os brasileiros de fome!”, denunciou o deputado federal, Orlando Silva (PCdoB-SP), em suas redes sociais.

No Congresso, deputados da oposição se articulam para que o atual valor de R\$ 600, com as mesmas regras, seja mantido até o final deste ano.

Para o deputado federal carioca, Alessandro Molon (PSB), “o auxílio emergencial de R\$ 600, aprovado pelo Congresso contra a vontade de Bolsonaro, evitou uma catástrofe econômica e humanitária ainda maior no Brasil. E olha que o governo só queria aprovar R\$ 200! Continuaremos lutando pelo auxílio de R\$ 600!”.

O auxílio residual também está limitado a duas cotas por família, com a mulher provedora de família monoparental tendo direito a receber as duas cotas.

Os beneficiários do Bolsa Família que recebem valor mensal do benefício acima do auxílio residual também não receberão as novas parcelas de R\$ 300.

“Bolsonaro fala que não tem como manter o auxílio emergencial de R\$ 600 aos mais pobres, mas quer TRIPPLICAR a verba para fazer publicidade do seu governo em 2021. Esse presidente não se importa com o povo brasileiro”, afirmou Marcelo Freixo (PSOL-RJ), também em suas redes sociais.

Os trabalhadores informais ou desempregados que possuíam, até o dia 31 de dezembro de 2019, bens ou propriedade de valor acima de R\$ 300 mil, não poderão receber o auxílio de R\$ 300.

No auxílio aprovado pelos parlamentares, as pessoas com rendimentos tributáveis de até R\$ 28.559,70 em 2018, puderam receber o benefício de R\$ 600. Já o “auxílio residual” de R\$ 300 prevê o mesmo valor, mas relativo à declaração do Imposto de Renda (IR) de 2019. Também estará excluído do auxílio residual quem, em 2019, teve rendimentos isentos ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil.

“O auxílio emergencial precisa ser prorrogado mantendo o valor de 600 reais. Cortar pela metade agravará a situação de miséria e desemprego que abate o povo. Uma renda básica para garantir a dignidade dos pobres é urgente”, defendeu Orlando Silva.

Trabalhadores entram em greve contra demissões na Embraer

Em assembleia na quinta-feira (3), os trabalhadores da Embraer aprovaram a deflagração de greve contra as demissões anunciadas pela empresa e estabilidade no emprego.

Como a legislação brasileira proíbe demissões de grevistas, os cortes dos 2.500 funcionários anunciados pela empresa, ficam suspensos.

Na manhã de quinta-feira (3), a Embraer pegou o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região de surpresa, com o anúncio de que iria dispensar 900 funcionários, que se somariam aos 1.600 demitidos por meio de três PDVs (Programa de Demissão Voluntária), que se encerrou na quarta-feira.

A assembleia, que aconteceu em frente à sede da empresa, foi convocada pelo Sindicato dos Metalúrgicos e pelo Sindicato dos Engenheiros.

Os trabalhadores também querem o fim dos super-salários de executivos da empresa.

Segundo informação do Sindicato dos Metalúrgicos, um documento oficial da Embraer, anexado ao processo 5004564-38.2020.4.03.6103 da 3ª. Vara Federal de São José dos Campos, “mostra que há três salários superiores a R\$ 1 milhão por mês na empresa. Um deles chega a R\$ 2.170.666,62 e é descrito no documento

como sendo de um conselheiro”.

O documento registra ainda 46 salários superiores a R\$ 100 mil e 127 superiores a R\$ 50 mil (dados de abril), conforme denuncia o sindicato.

A Embraer emprega 20 mil funcionários nas unidades paulistas de São José dos Campos, Taubaté, Campinas, Sorocaba, Gavião Peixoto, Botucatu e Campinas, além de fábricas em Belo Horizonte e Florianópolis.

A empresa alega os impactos negativos da pandemia do novo coronavírus na economia global e o cancelamento da parceria com a Boeing para justificar as demissões.

Mas a calamitosa tentativa de venda da empresa para a multinacional americana, que felizmente não deu certo, gerou, no entanto, enormes prejuízos à empresa. Segundo denúncias do sindicato, na ânsia de se vender à Boeing, a Embraer investiu recursos para a entrega, ao mesmo tempo em que novos investimentos deixaram de ser feitos na empresa.

“As perdas geradas pelo processo de venda chegaram a R\$ 1,2 bilhão. Já as geradas pela pandemia ficaram em R\$ 83,7 milhões”, afirma o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

Servidores repudiam ataque do governo aos serviços públicos



Plenária virtual realizada pela entidades de servidores na quinta-feira, 3



Líder do PCdoB na Câmara reage à proposta apresentada pelo governo

‘Reforma de Bolsonaro é mais um passo no desmonte do Estado’, afirma Perpétua

A deputada federal Perpétua Almeida, líder do PCdoB na Câmara, criticou o projeto de reforma administrativa, enviada por Bolsonaro ao Congresso Nacional nesta quinta-feira, que altera regras do funcionalismo público federal, estadual e municipal.

“A reforma administrativa do governo Bolsonaro é mais uma falsa solução milagrosa. Significa mais um passo no desmonte do Estado nas áreas da saúde, da educação e da segurança. Já o patrimônio daqueles que ficaram mais milionários na pandemia, permanece intocável. É a desigualdade social segue galopante”, afirmou a deputada.

“A reforma administrativa do governo é mais uma daquelas promessas de quem se mostrou incapaz de construir um projeto de país e de nação. Lembra da reforma da previdência que prometeu arrecadar R\$ 1 trilhão, e até agora nada? Lembra também da reforma trabalhista? Não era ela que iria gerar milhões de empregos? Cadê os empregos? A reforma tributária é outra, se arrasta e não mexe nos altos impostos do país”, ressaltou.

Entre as medidas previstas no projeto, enviado como Proposta de Emenda Constitucional (PEC), está a não obrigatoriedade de concursos públicos, a possibilidade de redução salarial, a modalidade de

contratos temporários, fim da estabilidade para a maior parte das carreiras e a eliminação de direitos.

Entre os benefícios que o governo quer extinguir estão o adicional por tempo de serviço, progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço e incorporação ao salário de valores referentes ao exercício de cargos e funções. Benefícios esses que são especiais à categoria dos servidores públicos, uma vez que, diferente dos trabalhadores do setor privado, não recebem o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que garante recurso aos trabalhadores demitidos sem justa causa.

Entidades preparam reação para barrar PEC do governo que ameaça serviços públicos

Uma plenária virtual reuniu representantes de entidades de classe de servidores públicos de todos os poderes, na tarde de quinta-feira (3), para debater e dar início a uma articulação contrária à proposta de reforma administrativa enviada ao Congresso pelo governo.

A reunião foi promovida pelo Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e entidades dos Tribunais de Contas, da Câmara e do Senado.

Estabilidade do servidor público, novos modelos de contratações e redução de jornada e salário foram alguns dos temas debatidos no encontro.

Para Rudinei Marques, presidente do Fonacate e do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical), a proposta do governo sinaliza um desmonte do serviço público: “Os ataques serão constantes, pois não há um projeto de desenvolvimento nacional. Logo, a articulação dos servidores deve ser permanente”.

Sobre o fim do regime jurídico único proposto pelo governo, que cria várias possibilidades de contratação, Rudinei salienta que “a criação de vários segmentos de servidores deixará o serviço público sujeito a ingerências políticas”.

Para Bráulio Cerqueira, secretário executivo do Unacon Sindical, “o regime jurídico único universalizou o concurso público. Não é incompatível com terceirizações e parcerias, e pode sim ser aperfeiçoado. Mas acabar com ele vai precarizar as relações de trabalho no serviço público”.

O presidente da Associação dos Advogados Públicos Federais (Anafe) argumentou que precarizar o trabalho no serviço público é justamente o intuito da proposta do governo, abrindo espaço para a terceirização e as contratações temporárias.

“Nossa atuação deve ser no sentido de mostrar que a proposta apresentada pelo governo não traz nenhuma modernização e que só trata de vedações, limitações

e precarizações”, afirmou.

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Fábio Jorge: “Temos que condenar a demonização dos servidores públicos. E apontar medidas efetivas para o equilíbrio das contas públicas, como a tributação de lucros e dividendos. Os ricos precisam pagar mais impostos”, enfatizou.

O deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF), coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, considerou que apresentar a proposta de Reforma Administrativa durante o regime de emergência é grave. “E o cerceamento do debate público. Essa PEC vai chegar ao Congresso sem dar ouvidos a uma parte importante: os servidores. E, apesar da busca por diálogo, o governo já deu sinais de que será parcial e não irá ouvir os dois lados. Precisamos quebrar essa barreira no Congresso”, disse.

“O governo alega que a estabilidade é a responsável pela má prestação de serviço público. Eles invertem a narrativa. Basta analisar o tipo de vínculo desses servidores e veremos que essa argumentação não se sustenta”, argumentou o parlamentar.

O grupo formado pelas entidades vai atuar em quatro frentes para lutar contra a reforma: jurídica, comunicação, parlamentar e produção técnica. Algumas frentes já haviam iniciado o trabalho mesmo antes do envio da proposta do governo ao Congresso, como a produção técnica.

O Fonacate, em parceria com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, lançou uma série de estudos denominada Cadernos da Reforma Administrativa. Dez publicações já foram divulgadas. Os estudos trazem a análise de especialistas em Economia e Administração Pública.

Para Rudinei Marques, é muito importante que os servidores de estados e municípios se envolvam nessa luta: “Essa campanha deve ser pensada para envolver os 12 milhões de servidores públicos do país. Mais da metade estão nos municípios”, ressalta.

Governo retira a Covid-19 da lista de doenças do trabalho

O governo federal retirou a Covid-19 da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT), um dia depois de ser incluída em portaria publicada pelo Ministério da Saúde, na terça-feira (1). A inclusão foi invalidada pelo próprio Ministério em uma nova portaria, publicada no Diário Oficial da União, nesta quarta-feira (2).

Segundo justificativa, a medida foi revogada a pedido do presidente Jair Bolsonaro, pois implicaria em custos maiores para as empresas.

A lista de doenças consideradas ocupacionais é usada como referência a procedimentos destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao SUS, para fins de concessão e pagamento do benefício previdenciário e execução das ações de Saúde do Trabalhador.

A inclusão da Covid-19 na lista de “Doenças Relacionadas ao Trabalho com respectivos Agentes e/ou Fatores de Risco” garantia ao trabalhador infectado pedido de licença pelo (INSS), e estabilidade de um ano no emprego e direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) proporcional ao tempo de licença médica.

Essa classificação, que foi retirada na nova portaria, publicada hoje, implicaria que o enquadramento em doença ocupacional seria feito automaticamente. Na nova

versão, com a Covid-19 tendo sido retirada da lista de doença ocupacional, e sem essa classificação, o trabalhador, ao ser afastado, tem que provar que adquiriu a doença no trabalho.

“Na prática, ao não incluir a Covid-19 na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT), isso dificultará que o INSS, voluntariamente, conceda o benefício previdenciário por auxílio-doença acidentário, salvo se houver decisão administrativa ou judicial em sentido contrário”, afirma o professor de direito do trabalho da pós-graduação da FMU e especialista nas relações trabalhistas e sindicais, Ricardo Calcini.

Segundo ele, o fato de o Ministério ter publicado uma nova portaria demonstra que o assunto ainda está indefinido, o que gera confusão e acaba trazendo maior insegurança para trabalhadores e empresários.

Calcini observa, no entanto, que caso haja ligação entre a causa da doença e a atividade desempenhada pelo trabalhador, “esse nexo continua sendo presumido”. Ele cita, como exemplo, “os profissionais da área de saúde, em razão da exposição direta e de forma mais acentuada ao vírus se comparada às demais profissões”.

As duas portarias foram assinadas pelo ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello.



Funcionários estão em greve pela manutenção dos direitos da categoria

Tribunal Superior do Trabalho proíbe Correios de cortarem salários e afirma legalidade da greve

A ministra Kátia Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), proibiu a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT-Correios) de fazer cortes nos salários dos trabalhadores que aderiram à greve.

Na decisão, a ministra, que é relatora do dissídio coletivo que definirá sobre a validade do acordo coletivo da categoria, afirma que o corte dos salários dos trabalhadores em greve é inconstitucional, ressaltando que “tal prática evidencia tentativa da empresa em intimidar e obstruir o livre exercício do direito de greve assegurado pela Carta Magna.”

Em sua decisão, a juíza determinou que “a ECT se abstenha em efetuar quais-

quer descontos nos salários de seus empregados em greve, sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)”, enquanto o julgamento do dissídio não seja concluído pela Justiça do Trabalho.

A ministra rejeitou também o pedido da empresa de considerar a greve “abusiva”. A empresa solicitou que fosse declarada abusividade da greve com a determinação de retorno de todos os funcionários e ainda multa de R\$ 1 milhão para cada entidade sindical.

Em sua decisão, a ministra afirmou a constitucionalidade do direito de greve, e considerou “viável a determinação do contingente de 70% dos trabalhadores para a manu-

tenção, durante a greve, da prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, com multa de R\$ 100 mil em caso de descumprimento”.

A greve dos Correios foi aprovada em repúdio aos cortes de direitos feitos pela empresa, após rompimento de acordo coletivo com validade até 2021. Desde 31 de julho, os funcionários vêm sofrendo redução de rendimentos com o corte no vale-alimentação, hora extra e adicionais de risco. A diretoria dos Correios alega que a empresa não tem condições financeiras de manter as cláusulas do acordo, que foi assinado em 2019.

Putin fala aos alunos da importância da ciência e dos heróis na defesa da pátria

Em discurso no Dia do Conhecimento (1º de setembro, dia de regresso às aulas na Rússia), o presidente Vladimir Putin ressaltou a importância de conhecer a história do país, o heroísmo de toda uma geração na defesa da pátria contra a invasão nazista, principalmente para a juventude e da importância de se preservar a paz.

O presidente russo ressaltou em Aula Aberta para alunos das escolas na Rússia a importância da participação dos jovens nos anos da Segunda Guerra (1941-1945), quando a União Soviética foi atacada pela Alemanha de Hitler e seus aliados. Ele também condenou as falsificações da história.

“Alguns acharam que, depois da Guerra Fria, saíram vitoriosos, se sentiram excepcionais, acham que é possível e necessário mudar a ordem que surgiu depois da Segunda Guerra [...] e reescrever a história”, afirmou Putin.

“Se nós, como pensam alguns hoje, tivéssemos entregado nossas cidades e povoados sem luta, supostamente poupando a vida de nossos soldados, no fim das contas teríamos perdido essa guerra. Isso teria levado à destruição total de praticamente todos os povos da ex-União Soviética e da atual Federação da Rússia – é esse o preço e o valor da Vitória, alcançada por nossos antepassados”, afirmou.

O presidente acentuou que todos os que tentam reescrever a história, os fatos ocorridos durante a guerra, colaboram na atualidade com os inimigos do passado.

“Essas pessoas que durante a guerra colaboram com o inimigo – elas, como é sabido, são sempre e em todos os lugares chamadas de colaboracionistas. Mas aqueles que hoje concordam com os que reescrevem a história podem também perfeitamente ser chamados de colaboracionistas dos dias de hoje”, disse.

Neste ano, em memória aos 75 anos da Vitória na Grande Guerra pela Pátria, como é chamada a Segunda Guerra na Rússia, as escolas relembrou a vitória do povo soviético durante o conflito.

Depois da sua fala, Putin participou de um debate com estudantes de várias regiões do país.

Carreatas de colombianos repudiam massacres e ataque de Duque a direitos trabalhistas

As centrais sindicais Confederação de Trabalhadores da Colômbia (CITC), Central Unitária de Trabalhadores (CUT), Central Geral de Trabalhadores (CGT) e a Federação Colombiana de Educadores (Fecode), realizaram nas principais cidade do país, na segunda, 7, grandes «caravanas nacionais de protesto», contra o ataque os direitos trabalhistas e previdenciários; um arroucho que o presidente Iván Duque está perpetrando e chama de “reforma”.

Os manifestantes usaram bicicletas, motos e carros rechaçando as medidas do Decreto 1174, editado em 27 de agosto último, que ataca os direitos dos trabalhadores, acaba com a jornada de oito horas, impõe o trabalho pago por horas e dias trabalhados e extingue o salário mínimo legal, assim como elimina as contribuições patronais à Previdência.

O decreto de Duque elimina também a garantia da aposentadoria introduzindo um sistema por abaixo do salário mínimo, os patrões não seriam obrigados a garantir a saúde dos trabalhadores, a proteção contra riscos trabalhistas e compensações, denúncias os sindicalistas.

Essa reforma “é a destruição legal do trabalho formal e a entronização da ilegalidade sob a proteção da lei, piora a situação dos trabalhadores de jornada integral e abre a possibilidade de terminar com seus contratos, indenizá-los e voltar a contratá-los por hora sem as garantias atuais”, alertou em comunicado o movimento sindical colombiano.

“Isso se constituiu em uma afronta aos trabalhadores e à população mais vulnerável que tem perdido seus pagamentos em meio à pandemia e ao confinamento, ao aumentar altamente o desemprego e fazer crescer a informalidade, com o qual fica absolutamente demonstrado o caráter plutocrático deste governo”, assinala o documento.

As organizações sindicais manifestaram ainda seu rechaço à decisão do governo de conceder um empréstimo de 370 milhões de dólares por parte do Estado colombiano ao consórcio de aviação comercial Avianca Holdings, com recursos do Fundo de Mitigação de Emer-

gências (FME), tirando esse valor do orçamento econômico para atender às necessidades geradas pela crise sanitária pela qual o país atravessa devido ao aumento de contágios com o Covid-19.

A revolta aumentou devido à prisão, pela Polícia Federal do Brasil, em 19 de agosto, dos irmãos José e Germán Efromovich, acionistas centrais da Avianca, em uma operação da Lava Jato que investiga fraudes em contratos para a compra, venda e construção de navios.

O senador pelo partido Alianza Verde, Antonio Sanguino, questionou que “enquanto com recursos dos colombianos se joga esse salva-vidas a um esquema cheio de corrupção e irregularidades, o governo tem negado a renda básica de emergência, tem negado a matrícula gratuita para todos os jovens estudantes das universidades públicas”.

Adicionalmente, o Comitê Nacional de Paralisação, CNP se solidarizou com a greve dos trabalhadores da multinacional El Cerrejón organizados no sindicato Sintracarbon, frente à tentativa patronal de querer acabar com os direitos da categoria e impor um turno de trabalho denominado pelos trabalhadores “de morte”, já que aumenta descontroladamente a situação de risco dos trabalhadores do carvão.

Deixando ainda mais evidente a gravidade da situação os manifestantes também protestaram contra a violência no país, os massacres, o assassinato de líderes e o desrespeito do Acordo de Paz assinado pelo governo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, FARC, e outras organizações guerrilheiras.

“Neste regressivo panorama trabalhista, social e econômico, também se desenvolvem ultimamente massacres contra líderes sociais e jovens, sem que este governo faça absolutamente nada para garantir-lhes a vida e, pelo contrário, se enquadra no projeto político de destruir os acordos de paz, querendo voltar à guerra, assim como é visto com sua repressão nas zonas de substituição de cultivos ilícitos”, sublinhou o comunicado das entidades.

As caravanas foram orientadas a respeitar “os protocolos de biossegurança e distanciamento social”.

Toxicologistas descartam uso de veneno Novichok contra Navalny



Hospital de emergência na cidade russa de Omsk, onde Navalny foi socorrido e salvo

Uma tentativa de envenenar o Nord Stream 2

Como na maioria dos casos criminais, o objetivo logo emerge para traçar o motivo e o perpetrador. E como sempre, a questão de quem ganha é um guia confiável para uma investigação.

Nesta semana, as autoridades alemãs estão acusando dramaticamente ao governo russo pelo suposto envenenamento da figura dissidente Alexei Navalny, que ainda está em coma em um hospital de Berlim. Dias depois que Navalny foi levado de avião da Rússia para Berlim no fim de semana passado, um laboratório militar alemão afirma ter encontrado vestígios do mortal agente de nervos Novichok em seu corpo.

Agora, com base em alegações criminais não comprovadas contra Moscou, verifica-se que a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, está sob pressão renovada para abandonar o projeto de gás Nord Stream-2 com a Rússia.

Legisladores alemães do partido do governo de Merkel estão pedindo que Berlim abandone o ambicioso projeto de energia em retaliação pela “tentativa de assassinato” de Navalny. Significativamente, esses legisladores alemães como Norbert Röttgen são oponentes de longa data do gasoduto Nord Stream-2.

TRUMP

O governo Trump e o Congresso dos Estados Unidos têm intensificado os esforços políticos para descarrilar o gasoduto submarino de US \$ 11 bilhões, que está mais de 90% concluído. O secretário de Estado Mike Pompeo disse recentemente que os EUA “farão de tudo” para impedir que o projeto seja concluído.

O Nord Stream-2 deve dobrar o fornecimento de gás russo para a Alemanha. É um grande negócio estratégico. Washington não escondeu seu desejo de cortar o projeto, tendo planos de vender seu próprio gás mais caro para o continente europeu.

Políticos pró-Washington na Alemanha, Polónia e países bálticos têm feito lobby agressivamente contra o comércio de energia com a Rússia, em parte devido à sua russofobia congênita, bem como, sem dúvida, devido às sinecuras e adoçantes do Tio Sam.

O caso Navalny chega em um momento oportuno. Na semana passada, a primeira-ministra Merkel insistiu que a doença de Navalny não afetava a questão econômica do Nord Stream-2. Então, nesta semana,



Caso Navalny integra pressões contra o gasoduto

a inteligência militar alemã anunciou que tem “provas inequívocas” de que Navalny foi envenenado com Novichok, uma arma química da era soviética. Agora, em uma tempestade de acusações, o dedo da culpa está sendo apontado para o Kremlin.

E o mais revelador, a maior repercussão política é a exigência prementória a Merkel para que abandone o Nord Stream-2.

DIABETES

Vamos colocar os eventos em perspectiva. Quando Navalny adoeceu em um voo da Sibéria para Moscou em 20 de agosto, os médicos russos que o trataram não encontraram vestígios de venenos em seu corpo, e especificamente nenhum agente nervoso do tipo organofosforado, como Novichok. Os russos avaliaram que a doença de Navalny era causada por um distúrbio metabólico, como níveis extremamente baixos de açúcar no sangue, o que não seria implausível se ele supostamente sofre de diabetes.

Os médicos alemães que trataram de Navalny quando ele foi levado para Berlim em 22 de agosto também não detectaram agentes venenosos específicos. Eles afirmam ter testado positivo para inibidores da colinesterase, replicando o que seus colegas russos descobriram.

Mas, ao contrário dos russos que atribuíram as substâncias a uma ampla gama de possíveis drogas farmacêuticas legais, os médicos berlineses fizeram de que acreditavam que um veneno para os nervos é que estava envolvido.

Essa afirmação alemã inicial parece ter sido “confirmada” vários dias depois por um laboratório militar alemão, que afirma ter detectado Novichok no corpo de Navalny.

Portanto, ou os médicos russos estão dizendo a verdade ou os alemães estão, tendo chegado a conclusões radicalmente diferentes. No entanto, uma pergunta reveladora é: por que os alemães não estão fornecendo as

amostras biológicas que afirmam ter testado positivo para Novichok? Os médicos russos afirmam ter as amostras biológicas originais que, segundo eles, não apresentam vestígios de veneno para os nervos. Certamente, a disputa poderia ser resolvida de forma independente se ambos os lados cooperassem.

Mas é só isso. O lado alemão se recusou, explicitamente, a se envolver com os médicos russos ou com o Ministério Público russo para estabelecer a causa da doença aparente de Navalny. Em vez disso, Berlim se apressou em fazer graves acusações contra Moscou, juntamente com seus aliados ocidentais, como se fosse uma resposta pré-determinada visando à incriminação.

ACUSAÇÕES NULAS

Sem fornecer uma cadeia de custódia para suas provas de amostra supostamente mostrando o uso de Novichok contra Navalny, todas as acusações feitas por Berlim são nulas e sem efeito, violando os padrões básicos do devido processo legal. O ônus da prova está com Berlim, não sobre Moscou para responder a perguntas baseadas em insinuações e preconceitos.

Neste estágio do estranho caso, a questão maior de quem ganha aponta para os políticos de ambos os lados do Atlântico que têm clamado para sabotar o projeto de gás Nord Stream-2.

Você leva uma “figura da oposição” exaltada pela mídia ocidental para Berlim, cujo corpo inicialmente não mostra vestígios de veneno. Depois disso, os testes de laboratório militares alemães “encontraram” vestígios de um agente nervoso mortal. E então se segue uma previsível cacofonia para cancelar o comércio de energia com a Rússia. A trama do veneno parece óbvia e não é de autoria de Moscou.

* Colunista do Sputnik News. Artigo com nome original de “Envenenando o Nord Stream 2” reproduzido do site sputniknews.com

Leonid Rink, especialista em agentes nervosos como o denominado de Novichok, afirma que se Navalny tivesse entrado em contato com a substância os sintomas seriam inteiramente diferentes daqueles apresentados por ele

O especialista russo Leonid Rink, que esteve ligado diretamente na época ao desenvolvimento da classe de agentes de nervos agora apelidados de Novichok, afirmou que se houvesse sido usado o Novichok, os sintomas seriam completamente diferentes, com convulsões e assim por diante. E ele não estaria em coma: estaria morto.

Ele classificou a tentativa de ligar o suposto ‘envenenamento’ de Navalny como uso do agente de nervos Novichok, um disparate absoluto, uma manobra política. Rink acrescentou que há os exames feitos nos laboratórios locais de Omsk, mas também em Moscou que descartam as suposições de envenenamento apresentadas pelo hospital alemão Charité.

Em declaração ao canal de TV Rossiya 24, Aleksandr Sabaev, o principal toxicologista da região de Omsk, onde Navalny foi tratado, explicou a razão pela qual a hipótese de envenenamento com a substância Novichok ou similar – como têm aventado autoridades alemãs – não seria cabível no caso de Navalny: “Pode-se concluir que se tivesse ocorrido o efeito [da intoxicação] na véspera do voo ou durante ele, as pessoas que o estavam acompanhando sem dúvida sofreriam intoxicação também, ou apresentariam alguns sintomas de envenenamento e isso não ocorreu”.

O Ministério das Relações Exteriores da Rússia (MINREX-FR) considerou “declarações hostis” as afirmações que partiram do ministro do Exterior alemão, Heiko Maas e de seu homólogo francês, Yves Le Drian que, no dia 2, assumiram que havia “comprovações” mostrando que o russo teria sido envenenado com uma substância da família Novichok, desenvolvida na Rússia.

Sobre “as categorias afirmações de que os compostos químicos tóxicos de ação nervosa, que no Ocidente se denominam como Novichok, se desenvolveram na Rússia”, o MINREX-FR assinalou: “Durante anos, os especialistas de muitos países ocidentais e estruturas especializadas do OTAN têm estado trabalhando em compostos incluídos neste

vasto grupo de substâncias químicas. E nos Estados Unidos, por exemplo, se concederam oficialmente mais de uma centena e meia de patentes aos desenvolvedores de tecnologia para serem aplicados em combate”.

Ainda segundo o toxicologista Sabaev, os compostos organofosforados são substâncias muito tóxicas, e os utilizar para a intoxicação de uma só pessoa é impossível. Pois “como regra acabam sendo envolvidas outras pessoas, as que acompanham a vítima pelo menos”, acrescentou.

“Onde estão os fatos, onde estão as fórmulas, ou pelo menos algum tipo de informação?”, questionou a porta-voz da chancelaria russa, Maria Zakharova, diante do anúncio, por porta-voz alemão, de que o russo Alexey Navalny, em tratamento em Berlim, teria sido ‘envenenado na Rússia com o agente químico neurotóxico novichok’, “sem sombra de dúvida”, segundo um laboratório militar alemão.

“Em vez de uma investigação aprofundada e um trabalho conjunto escrupuloso com o objetivo de obter resultados autênticos, nossos parceiros preferem fazer declarações públicas sem apresentar fatos. Tudo isso é mais uma campanha de desinformação”, reiterou Zakharova.

“O que é mais importante e triste ao mesmo tempo é que nossos parceiros negligenciam abertamente – hoje isso foi demonstrado muito claramente – os mecanismos de interação jurídica disponíveis para a obtenção de resultados genuínos”, destacou a porta-voz russa.

Ela lembrou que em 27 de agosto o Gabinete do Procurador-Geral da Rússia despachou um pedido oficial de assistência jurídica com base nas conclusões dos investigadores do Ministério do Interior russo, mas não recebeu qualquer resposta.

Em declaração de terça-feira, o ministro do Exterior da Alemanha, Heiko Maas, finalmente afirmou que a Alemanha pretende repassar à Procuradoria-Geral da Rússia os exames solicitados mas, segundo ele, “isso vai demorar por causa de trâmites burocráticos”.

Alternativas da Bielorrússia em meio a uma “revolução colorida”

ROGER HARRIS*

Uma “revolução colorida” é um termo da mídia para um movimento baseado em queixas legítimas, que é cooptado em uma operação de mudança de regime apoiada pelos EUA e seus confederados. Houve tantas – Geórgia em 2003, Ucrânia em 2004, Quirguistão em 2005 – que ficaram sem cores. A Bielorrússia está em meio à revolução do “chinelão”. [NR: alusão ao lema de campanha de um setor da oposição, que chamava Lukashenko de “barata” e posava com um chinelão prometendo “esmagar a praga”].

“REPÚBLICA SOVIÉTICA”

Belarus, uma ex-república constituinte da URSS, declarou sua soberania em 1990 com a dissolução da União Soviética. Sob o seu novo e agora contestado presidente Alexander Lukashenko, eleito pela primeira vez em 1994, a Bielorrússia rejeitou a “terapia de choque econômico” imposta pelo Ocidente que assaltou o patrimônio público de muitas das outras ex-repúblicas soviéticas.

Ganhando o apelido de “última república soviética”, a Bielorrússia manteve a indústria e a agricultura estatais, a rede de segurança social e a relativa igualdade do período socialista.

Junto com isso veio a duradoura inimidade da Guerra Fria dos EUA e seus epígonos da Otan. Em contraste, a Federação Russa recentemente “libertada”, com seu líder instalado pelos Estados Unidos Boris Yeltsin e sua conspiração de oligarcas novos-ricos, foi saqueada pelo capital ocidental. (Observação: os eslavos têm “oligarcas”, enquanto os EUA têm “filantropos” como Turner, Gates e Soros.)

Seu padrão de vida, serviços sociais e expectativa de vida entraram em queda livre. Inicialmente, a Bielorrússia era mais próspera do que a Rússia, mas, enquanto a economia bielorrussa desacelerou no início dos anos 2000, a economia russa cresceu com a ascensão de Vladimir Putin.

A extensa embaixada dos EUA na Bielorrússia ocupa uma área do tamanho de um quarteirão. Claramente, os ianques fazem mais do que apenas emitir vistos. Os EUA estão preocupados com a mudança de regime. Em 2004, os EUA aprovaram a Lei da Democracia na Bielorrússia, financiando abertamente ONGs antigovernamentais na Bielorrússia e proibindo empréstimos ao país.

ATRIBUIÇÕES

As línguas oficiais da Bielorrússia são o bielorrusso e o russo. Cerca de 80% da população é de etnia bielorrussa, seguida pela russa. Em 2000, a Bielorrússia e a Rússia estabeleceram o Estado da União, uma confederação supranacional para a integração econômica e defesa comum. Embora os dois países soberanos tenham declarado o objetivo de uma única entidade estatal, os esforços de implementação foram paralisados por Lukashenko.

A Rússia vende petróleo e gás natural para a Bielorrússia com taxas de desconto.

* Integrante da ‘Task Force on the Americas’, organização anti-imperialista e por direitos humanos

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Covid-19: Justiça espanhola reconhece morte de médico como acidente de trabalho

A justiça da Espanha reconheceu como acidente de trabalho a morte por covid-19, ocorrida em julho, do médico argentino Mario Rafel Chalco Llerena, que trabalhava no país há um ano.

Llerena, que ficou internado na UTI do Hospital de Bellvitge por 109 dias, teve a morte classificada como por “doença comum”, o que impedia a esposa dele, Carmen Torres, e seus quatro filhos de obterem pensões, já que o médico não tinha histórico empregatício no país europeu por tempo suficiente para que o benefício fosse concedido.

“Estamos muito felizes por finalmente ter sido feita justiça neste caso”, disse Angels López, porta-voz do sindicato Metges de Catalunya, à Agência Efe.

Além deste reconhecimento, a justiça da Espanha já havia dado autorização para residência legal no país à família, que viera em janeiro para visitá-lo e ficara num limbo jurídico devido ao fechamento das fronteiras.

Como ela assinalou, era “muito claro” que o caso de Chalco deveria ser considerado um acidente de trabalho. “Ele estava na linha de frente desde o primeiro dia da pandemia, tratando pacientes com coronavírus e em situação precária no que diz respeito a medidas e materiais de proteção”.

A representante sindical, que acompanhou a família na busca de justiça, explicou que decreto real de 26 de maio de 2020 definiu como acidente de trabalho o contágio pela covid-19 por profissionais que prestam serviços em centros de saúde. Um decreto subsequente estendeu este reconhecimento indefinidamente até que todas as medidas de prevenção sejam revogadas.

Segundo dados de maio, mais de 50 mil profissionais de saúde haviam sido infectados pelo coronavírus na Espanha, com cerca de 50 médicos mortos.

O reconhecimento do acidente de trabalho permite o acesso à pensão por viuvez e orfandade, independentemente da duração da contribuição com a seguridade social ou do período de carência das companhias de seguros.

Prefeito de NY processará Trump se ele cortar recursos da cidade



Blasio, prefeito de Nova Iorque: “ataques de Trump são ilegais e inconstitucionais”

Nave reutilizável chinesa retorna à Terra com sucesso após dois dias em órbita

Em novo avanço do programa espacial chinês, sua nave reutilizável experimental retornou com sucesso à Terra, após dois dias em órbita, anunciou neste domingo (6) a Xinhua.

O voo “marca um avanço importante na pesquisa de nosso país sobre naves espaciais reutilizáveis”, que prometem uma “maneira mais fácil e barata” de chegar ao espaço, destacou a agência de notícias chinesa.

A nave pousou conforme previsto no Centro Espacial de Jiuquan, no deserto de Gobi, após ser lançada de lá na sexta-feira por meio de um foguete Longa Marcha 2F.

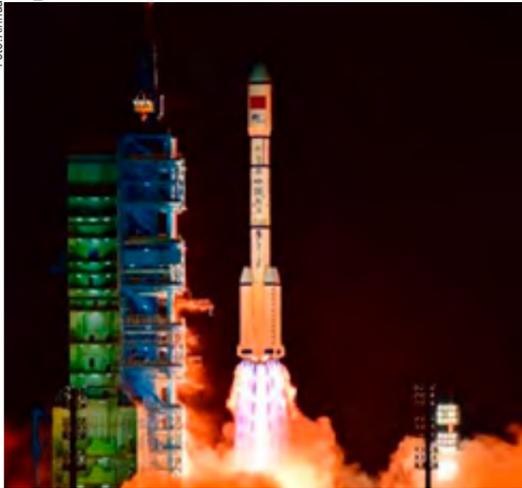
Segundo a Corporação de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da China, o objetivo do teste foi “prover suporte tecnológico na exploração pacífica do espaço”. A mídia chinesa ainda não publicou qualquer foto da nave, cujo tamanho e forma ainda são desconhecidos.

O novo sucesso reitera o avanço da China na tecnologia de ponta em relação ao espaço sideral. Em julho, a China enviou rumo a Marte a missão Tianwen-1 (“Perguntas ao céu-1”), integrada por um orbitador de observação, que girará em torno do planeta vermelho, um módulo de aterrissagem e um jipe robotizado operado por controle remoto, encarregado de analisar o solo marciano.

A chegada a Marte está prevista para fevereiro de 2021, após percorrer aproximadamente 55 milhões de km.

O nome da missão, “Tianwen-1”, homenageia um antigo poema chinês sobre astronomia. Equipado com quatro painéis solares, o jipe robotizado de seis rodas pesa mais de 200 quilos, de acordo com blogs chineses.

Segundo o engenheiro-chefe da sonda, Sun Zezou, o artefato deve permanecer



Centro de Lançamento de Jiuquan registra o “avanço na pesquisa com naves reutilizáveis”

em atividade em Marte por cerca de três meses. O lançamento foi feito desde o centro espacial de Hainan, no sul. As missões incluem análises do solo e da atmosfera, fotografia, mapeamento do planeta vermelho e busca por possíveis vestígios de formas de vida.

A China acaba, também, de terminar em junho a constelação de satélites de seu sistema de navegação Beidou, concorrente do norte-americano GPS.

Maior economia do mundo por paridade de poder de compra, a China tem investido pesadamente em seu programa espacial, cuja maior façanha foi o envio em 2019 de um pequeno robô teleguiado (‘Coelho de Jade’) à face oculta da Lua, um fato inédito.

A Chang’e 4, que leva o nome de uma antiga deusa da Lua chinesa, pousou às 10h26 no horário chinês (00h26, horário de Brasília) após ter sido lançada no sábado (29/12) do Centro Espacial de Xichang, no sul

do país, tornando a China o terceiro país do mundo a consegui-lo.

Para viabilizar a transmissão dos dados para a Terra, um orbitador, o Queqiao, funcionou como um ‘espelho’ entre a Chang’e 4 e o centro de controle. As fotos da superfície lunar tiradas pelo jipe teleguiado Yutu são consideradas as melhores já registradas.

As sondas Chang’e-1 (2007) e 2 (2010) apenas orbitaram a Lua, mas realizaram extenso mapeamento do satélite natural, preparando os pousos das naves seguintes.

Outro feito chinês foi o sobrevoo de um asteroide (o 4179 Toutatis), o que fez da China a quarta do mundo a consegui-lo, após os EUA, a União Europeia e o Japão.

A primeira missão tripulada chinesa ocorreu em 2003, com uma nave Shenzhou, com novos voos se sucedendo, com até três tripulantes a bordo, caminhadas no espaço e acoplagens de naves.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Comício de Trump em lago acaba em naufrágio

Quatro barcos afundaram no naufrágio que acabou com o comício de apoio a Trump, no sábado (5).

O evento denominado Lago Travis Trump, realizado perto da cidade de Austin, no Texas, no lago Travis, teve este fim depois que a grande movimentação de barcos, guardando pouca distância entre eles, gerou ondas grandes, o que acabou levando os quatro barcos ao fundo. Segundo o jornal New York Times não houve mortos ou feridos.

Kristen Dark, a porta-voz da polícia local (Travis County Sheriff’s Office- TSCO), informou que sua chefatura começou, de repente, a “receber múltiplas chamadas de tripulantes de barcos em desespero”.

Foi Dark quem sugeriu a causa do múltiplo naufrágio: “Nós tivemos um número excepcional de barcos no lago hoje. Quando todos começaram a se mover ao



Movimentação no lago perto de Austin, no Texas, gerou ondas gigantes que fizeram afundar 4 barcos mesmo tempo, isso gerou ondas significativas”.

O incidente começou por volta do meio-dia do sábado.

Paul Yura, do Serviço Nacional do Tempo, sucursal de Austin, declarou que não houve tempestades na área durante o evento.

Os corpos de salva-vidas relatam que dezenas de tripulantes e participantes

da manifestação que pensava apoiar Trump foram salvos.

Segundo Steve Salinas, que organizou o evento pelo Facebook, a água estava bastante agitada. “Uma vez que há tantos barcos no lago, a mãe natureza faz seus próprios planos”, disse ao NYT.

Ele afirma que havia no comício embarcações de até 18 metros de comprimento.

“Se Trump persistir em negar os recursos – que mantêm Nova Iorque em marcha – no meio desta crise, o levaremos aos tribunais e o derrotaremos mais uma vez”, disse Blasio

O prefeito de Nova Iorque, Bill de Blasio, afirmou que processará o governo federal se a administração de Donald Trump mantiver a sua ameaça de cortar fundos federais a cidades lideradas por democratas onde têm se registrado manifestações contra o racismo, que o presidente qualificou de “anarquistas”.

“Se Trump persistir em tentar negar o financiamento – que está mantendo a cidade de Nova Iorque em marcha – na metade desta crise, o levaremos aos tribunais e, uma vez mais, o derrotaremos”, disse o prefeito em coletiva de imprensa. Ele sublinhou a frágil situação sanitária e econômica que atravessa a cidade e o restante dos municípios norte-americanos e, nesse contexto em que “a resposta do governo federal é insuficiente e torpe”, questionou os “ataques ilegais e inconstitucionais” do presidente.

Em mais uma ação para reforçar seu programa eleitoral, que está estribado no que ele chama de “lei e ordem”, Trump enviou, na quarta-feira, 2, um memorando ao diretor interino do Escritório de Administração e Orçamento, Russell Vought, e ao promotor geral, William Barr, pedindo revisar e cortar os fundos das que chamou ‘cidades sem lei’, aí incluídas Seattle, Portland, Washington D.C. e Nova Iorque. O argumento é que têm “permitido que persista a violência e a destruição da propriedade, e que têm se negado a tomar medidas razoáveis para combater essas atividades criminosas”.

As administrações dessas quatro cidades se uniram na quinta-feira, 3, para responder e, em comunicado conjunto, denunciaram ser vítimas de ataques “inaceitáveis” por parte da Casa Branca, insistindo que essas manobras serão derrotadas nos tribunais.

“Nossas cidades, e os milhões de norte-americanos que representamos, não são as fichas do jogo político do presidente Trump”, assinalaram na nota, lembrando que o país está tendo que enfrentar “desafios sem precedentes” pela pandemia.

“O presidente Trump precisa acordar ante a realidade com a qual nossas cidades e todo o nosso país se defrontam e perceber que ele não está acima da lei”, disseram.

A promotora-geral do Estado de Nova Iorque, Letitia

James, assegurou que o plano do presidente é uma estratégia eleitoral “desesperada” e advertiu que se seguir adiante sofrerá ações legais de maneira imediata.

“Suas tentativas de governo tirano se encontrarão com uma feroz oposição”, disse James em comunicado.

Esta não é a primeira vez que Trump tenta privar de fundos federais as localidades que aplicam políticas às quais se opõe. Em 2017 pretendeu fazê-lo com as cidades que se negam a colaborar com as autoridades federais para deportar imigrantes sem documentos, mas os tribunais brecharam esse decreto ao considerar que o presidente não pode decidir sobre orçamentos municipais.

O governador do Estado de Nova York, Andrew Cuomo, um importante crítico do presidente, falou que se ele pretende levar à prática essa política é bom que visite a cidade de Nova York “acompanhado do Exército”.

“Ele não terá guardas suficientes para passear pelas ruas de Nova York, melhor trazer o Exército. Os novaiorquinos não querem ter nada ligado a ele”, disse Cuomo ressaltando que os moradores da cidade causam raiva em Trump porque sempre o consideraram “um palhaço” e uma “atração dos jornais”.

Para Cuomo, a ação de cortar fundos de cidades governadas por democratas “é política, injustificável e ilegal”, e é mais uma medida do exterminador “de tentar matar NYC”.

Trump atacou a fala de Cuomo dizendo que ele é o responsável por milhares de mortes “por causa do vírus chinês”. O governador denunciou que a Casa Branca está promovendo a ideia de que pode haver uma vacina para os primeiros dias de novembro: “Dever ser um fármaco milagroso do dia das eleições”, ironizou, assegurando que não confia nas autoridades federais e que seu governo revisará qualquer vacina antes de recomendar seu uso.

Com a economia nos EUA no fundo do poço e um desemprego que não para de crescer aos milhões, Trump está empenhado em desviar a atenção do desastre para evitar que a votação de 3 de novembro se torne um plebiscito sobre a catástrofe política de seu governo. Na tarde de sexta-feira (4) a Universidade Johns Hopkins registrava 6,2 milhões de infectados e quase 188 mil mortos pelo vírus, um recorde planetário.

Chomsky condena ataques de Washington a tratados que limitam as armas nucleares

Em entrevista ao programa Going Underground, da RT, o linguista Noam Chomsky, disse temer que já seja “tarde demais” para renovar o Tratado Start, de limitação de armas nucleares, programado para expirar em fevereiro do próximo ano. “As esperanças de prolongá-lo estão desaparecendo”.

Ainda segundo Chomsky, o presidente dos Estados Unidos Donald Trump “está correndo para maximizar a ameaça das armas nucleares”. “É por isso que o famoso Relógio do Juízo Final foi movido para mais perto da meia-noite a cada ano que Trump está no cargo”, acrescentou Chomsky.

Ele destacou que o Bulletin of Atomic Scientists, um grupo de cientistas e acadêmicos que gerencia o relógio, “abandonou os minutos [e] passou para segundos – 100 segundos para a meia-noite” em janeiro deste ano.

Trata-se do último grande acordo de controle de armas nucleares em vigor, assinado, acrescentando que o presidente Donald Trump “por motivos frívolos está atrasando a renovação do tratado Start”. A possibilidade de renovação,

por cinco anos, é uma cláusula do acordo em vigor.

Assinado em 2010 pelos então presidentes Barack Obama e Dmitry Medvedev, o tratado cortou pela metade o número de lançadores de mísseis nucleares estratégicos em uso por ambos os lados e estabeleceu limites para ogivas nucleares posicionadas.

Chomsky assinalou que Trump “continuou seus ataques ao regime de controle de armas que de certa forma limitou a enorme ameaça de destruição nuclear”.

Entre os tratados históricos abandonados por Trump estão o INF (Forças Nucleares de Alcance Intermediário) de 1987, que baniu os mísseis de alcance intermediário e curto, bem como o Tratado de Céus Abertos (OST) de 2002 que permitia, como medida de construção de confiança, voos de vigilância desarmados em todo o território de 35 participantes.

Chomsky também condenou os programas de novas armas nucleares do Pentágono, para os quais, segundo ele, “não haveria defesa”, possivelmente se referindo aos mísseis hipersônicos.

Depois de 44 anos de cárcere, negro inocente é libertado nos EUA

Ronnie Long, um homem negro da Carolina do Norte preso injustamente por 44 anos por um crime que não cometeu – um estupro – foi finalmente libertado na semana passada, cinco anos depois que seus advogados descobriram que os investigadores haviam retido evidências que provavam sua inocência.

Ele tinha 20 anos ao ser encarcerado e ao sair livre estava a poucos dias de completar 65 anos. “E tempo”, determinava a decisão do juiz do Quarto Circuito da Corte de Apelações, James Wynn, ansiosamente aguardada por familiares, amigos, advogados e repórteres.

Ao ser indagado sobre como se sentia por estar livre, Long respondeu: “Exultante. Acabou. Agora acabou”.

No relato do Charlotte Observer, Long deixou o Instituto Correccional Albemarle, de terno preto, chapéu novo de feltro e sapatos italianos na tarde de quinta-feira (27), depois que o Estado da Carolina do Norte oficializou pedido de anulação de sua condenação de 1976, por um júri totalmente branco, pelo estupro de uma mulher branca proeminente em sua cidade natal, Concord.

Long sempre sustentou que era inocente. Durante décadas, autoridades policiais e judiciais o mantiveram no cárcere, apesar das amostras de sêmen e impressões digitais tiradas na cena do crime não baterem com as dele, o que foi ocultado de Long e de sua defesa. “Nunca desista”, disse Long a repórteres, após abraçar Ashleigh Long, sua esposa há seis anos, cujo aniversário coincidiu com a libertação de seu marido. Ele também agradeceu ao seu advogado nos últimos cinco anos, Jamie Lau, da Universidade Duke.

Como registrou o Observer, as décadas de apelação de Long finalmente ganharam velocidade graças à onda de apoio à justiça racial em curso nos EUA. Em janeiro,

apesar de já se saber que a defesa não tivera acesso a evidências que exoneravam Long no julgamento de 1976, um tribunal de apelações havia negado a ele um novo julgamento em uma decisão por 2 a 1 em janeiro.

Pelo Twitter, a prefeita de Charlotte, Vi Lyles, manifestou solidariedade a Long, que disse “ter sofrido 44 anos de injustiça”. Ela acrescentou não conseguir imaginar “a força que ele e seus entes queridos precisaram para suportar” esse encarceramento.

A jornada de Long rumo a quatro décadas de injustiça e infâmia, onde o preconceito racial mal pode ser ocultado, teve início em 1976, quando ele foi preso, apesar de ter um alibi sólido, acusado pelo estupro em abril de Sarah Bost, a viúva de 54 anos de um executivo da mais importante empresa de Concord, a Cannon Mills.

A senhora Bost, mais tarde, diante do tribunal lotado, iria declarar que o “reconhecimento” como o estupro, tendo acrescentado que “não tinha dúvida”. “Jamais esquecerei a coloração de sua pele”, a vítima dissera à polícia. O júri era composto inteiramente por brancos, ao que se diz, escolhidos a dedo.

De acordo com os autos, “um homem entrou na casa” e “colocou uma faca na garganta [de Bost]”. Quando Bost não conseguiu dar o dinheiro que o agressor exigia, este “ficou zangado, xingou-a, jogou-a no chão, arrancou-lhe a roupa, espancou-a e a violou”. “O homem repetidamente ordenou a Bost que não olhasse para o rosto dele, mas ela o desafiou na esperança de poder identificar seu agressor se sobrevivesse”.

Apesar da falta de evidências físicas ligando Long ao ataque e do alibi dele – estava em casa com sua mãe e filho na noite do crime – o júri branco o considerou culpado de estupro em primeiro grau e roubo em primeiro grau.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Brás Cubas, Quincas Borba e o Espelho do senhor de escravos (1)

Um amigo envia-me um trabalho sobre “*O Espelho – esboço de uma nova teoria da alma humana*”, de Machado de Assis.

O conto é uma das obras-primas da literatura universal. Lúcia Miguel Pereira, ainda hoje a melhor biógrafa do escritor, o considera, mesmo, “talvez o melhor conto de Machado”.

O tema é a identidade do proprietário, que reside mais em sua propriedade do que em si mesmo, ou seja, mais no que possui, fora de si, do que em sua identidade humana, porque a propriedade, quando se torna dominante sobre o homem, esvazia a sua substância humana, ao invés de constituir-la. Quanto mais é dependente do que possui, menos ele é proprietário de si mesmo. Quanto mais tem, menos ele é.

Mas essa é uma forma, ainda que verdadeira, um pouco esquemática demais de expressar o tema de “*O Espelho*”.

O personagem desse conto, quando recebe o título de “alferes da Guarda Nacional”, é pobre. Mas o que importa é sua mentalidade e seu meio – do qual a mentalidade é um miasma.

Ele passa a viver somente através de seu título (“o alferes eliminou o homem”, conta ele, muitos anos depois, quando já não é tão pobre, aos amigos). Ele não existe mais sem o título.

Porém, há mais: o título é aquilo que ele pensa que os outros o consideram. Assim, viver através dessa

miserável propriedade – um título de “alferes da Guarda Nacional” – é viver da projeção que ele próprio faz da opinião dos outros.

Assim, quando todos desaparecem – por fim, quando os escravos fogem – ele deixa de existir; não consegue mais enxergar-se no espelho, exceto como uma forma em dissolução.

Ele é, portanto, mais dependente da suposta opinião dos escravos sobre si, do que estes últimos o são dele.

Aliás, o personagem – o jovem Jacobina (também chamado “Joãozinho”) – considera que os escravos, ao fugir, sem nenhum respeito pelo “senhor alferes” (aliás, “nhô alferes”), fizeram com ele algo pior que se o tivessem assassinado.

Ao ler o trabalho do meu amigo, achei que era uma boa oportunidade de publicar o capítulo da biografia de Machado em que Lúcia Miguel Pereira estabelece uma relação entre os romances “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*”, “*Quincas Borba*” e o conto “*O Espelho – esboço de uma nova teoria da alma humana*” (que pertence ao livro “*Papéis Avulsos*”, de 1882).

Entretanto, de que serviria a publicação desse trecho de “*Machado de Assis (Estudo Crítico e Biográfico)*”, de Lúcia Miguel Pereira, se o leitor não conhecesse “*O Espelho*”?

Portanto, preferimos, primeiro, publicar o conto de Machado.

Depois, virá o texto de Lúcia Miguel Pereira.

C.L.



O Espelho – esboço de uma nova teoria da alma humana

MACHADO DE ASSIS

Quatro ou cinco cavalheiros debatiam, uma noite, várias questões de alta transcendência, sem que a disparidade dos votos trouxesse a menor alteração aos espíritos. A casa ficava no morro de Santa

Teresa, a sala era pequena, alumiada a velas, cuja luz fundia-se misteriosamente com o luar que vinha de fora. Entre a cidade, com as suas agitações e aventuras, e o céu, em que as estrelas pestanejavam, através de uma atmosfera límpida e sossegada, estavam os nossos quatro ou cinco investigadores de coisas metafísicas, resolvendo amigavelmente os mais árduos problemas do universo.

Por que quatro ou cinco? Rigorosamente eram quatro os que falavam; mas, além deles, havia na sala um quinto personagem, calado, pensando, cochilando, cuja espórtula no debate não passava de um outro resmungo de aprovação. Esse homem tinha a mesma idade dos companheiros, entre quarenta e cinquenta anos, era provinciano, capitalista, inteligente, não sem instrução, e, ao que parece, astuto e cáustico. Não discutia nunca; e defendia-se da abstenção com um paradoxo, dizendo que a discussão é a forma polida do instinto batalhador, que jaz no homem, como uma herança bestial; e acrescentava que os serafins e os querubins não controvertiam nada, e, aliás, eram a perfeição espiritual e eterna. Como desse esta mesma resposta naquela noite, contestou-lha um dos presentes, e desafiou-o a demonstrar o que dizia, se era capaz. Jacobina (assim se chamava ele) refletiu um instante, e respondeu:

– Pensando bem, talvez o senhor tenha razão.

Vai senão quando, no meio da noite, sucedeu que este casmurro usou da palavra, e não dois ou três minutos, mas trinta ou quarenta. A conversa,

em seus meandros, veio a cair na natureza da alma, ponto que dividiu radicalmente os quatro amigos. Cada cabeça, cada sentença; não só o acordo, mas a mesma discussão, tornou-se difícil, senão impossível, pela multiplicidade das questões que se deduziram do tronco principal, e um pouco, talvez, pela inconsistência dos pareceres. Um dos argumentadores pediu ao Jacobina alguma opinião, – uma conjectura, ao menos.

– Nem conjectura, nem opinião, redargui eu; uma ou outra pode dar lugar a dissensão, e, como sabem, eu não discuto. Mas, se querem ouvir-me calados, posso contar-lhes um caso de minha vida, em que ressalta a mais clara demonstração acerca da matéria de que se trata. Em primeiro lugar, não há uma só alma, há duas...

– Duas?

– Nada menos de duas almas. Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro... Espantem-se à vontade; podem ficar de boca aberta, dar de ombros, tudo; não admito réplica. Se me replicarem, acabo o charuto e vou dormir. A alma exterior pode ser um espírito, um fluido, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação. Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior de uma pessoa; – e assim também a polca, o voltarete, um livro, uma máquina, um par de botas, uma cavatina, um tambor, etc. Está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida, como a primeira: as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência; e casos há, não raros, em que a perda da alma exterior implica a da existência inteira. Shylock, por exemplo. A alma exterior daquele judeu eram os seus ducados; perdê-los equivalia a

morrer. “Nunca mais verei o meu ouro, diz ele a Tubal; é um punhal que me enterra no coração”. Vejam bem esta frase; a perda dos ducados, alma exterior, era a morte para ele. Agora, é preciso saber que a alma exterior não é sempre a mesma...

– Não?
– Não, senhor; muda de natureza e de estado. Não aludo a certas almas absorventes, como a pátria, com a qual disse o Camões que morria, e o poder, que foi a alma exterior de César e de Cromwell. São almas energias e exclusivas; mas há outras, embora energias, de natureza mudável. Há cavalheiros, por exemplo, cuja alma exterior, nos primeiros anos, foi um chocalho ou um cavaleiro de pau, e mais tarde uma provedoria de irmandade, suponhamos. Pela minha parte, conheço uma senhora, – na verdade, gentilíssima, – que muda de alma exterior cinco, seis vezes por ano. Durante a estação lírica é a ópera; cessando a estação, a alma exterior substitui-se por outra: um concerto, um baile do Cassino, a Rua do Ouvidor, Petrópolis...

– Perdão; essa senhora quem é?

– Essa senhora é parenta do diabo, e tem o mesmo nome: chama-se Legião... E assim outros muitos casos. Eu mesmo tenho experimentado dessas trocas. Não as relato, porque iria longe; restrinjo-me ao episódio de que lhes falei. Um episódio dos meus vinte e cinco anos...

Os quatro companheiros, ansiosos de ouvir o caso prometido, esqueceram a controvérsia. Santa curiosidade! tu não és só a alma da civilização, és também o pomo da concórdia, fruta divina, de outro sabor que não aquele pomo da mitologia. A sala, até há pouco ruidosa de física e metafísica, é agora um mar morto; todos os olhos estão no Jacobina, que conserta a ponta do charuto, recolhendo as memórias. Eis aqui como ele começou a narração:

– Tinha vinte e cinco anos, era pobre, e acabava de ser nomeado alferes da guarda nacional. Não imaginam o acontecimento que isto foi em nossa casa. Minha mãe ficou tão orgulhosa! tão contente!

Chamava-me o seu alferes. Primos e tios, foi tudo uma alegria sincera e pura. Na vila, note-se bem, houve alguns despeitados; choro e ranger de dentes, como na Escritura; e o motivo não foi outro senão que o posto tinha muitos candidatos e que esses perderam. Suponho também que uma parte do desgosto foi inteiramente gratuita: nasceu de alguns rapazes, que se davam comigo, e passaram a olhar-me de revés, durante algum tempo. Em compensação, tive muitas pessoas que ficaram satisfeitas com a nomeação; e a prova é que todo o fardamento me foi dado por amigos...

Vai então uma das minhas tias, D. Marcolina, viúva do Capitão Peçanha, que morava a muitas léguas da vila, num sítio escuso e solitário, desejava ver-me, e pediu que fosse ter com ela e levasse a farda. Fui, acompanhado de um pajem, que daí a dias tornou à vila, porque a tia Marcolina, apenas me pilhou no sítio, escreveu a minha mãe dizendo que não me soltava antes de um mês, pelo menos. E abraçava-me! Chamava-me também o seu alferes. Achava-me um rapagão bonito. Como era um tanto patusca, cheguei a confessar que tinha inveja da moça que houvesse de ser minha mulher. Jurava que em toda a província não havia outro que me pusesse o pé adiante. E sempre alferes; era alferes para cá, alferes para lá, alferes a toda a hora. Eu pedia-lhe que me chamasse Joãozinho, que me chamasse Joãozinho, que me chamasse Joãozinho, e ela abanava a cabeça, bradando que não, que era o “senhor alferes”. Um cunhado dela, irmão do finado Peçanha, que ali morava, não me chamava de outra maneira. Era o “senhor alferes”, não por gracejo, mas a sério, e à vista dos escravos, que naturalmente foram pelo mesmo caminho. Na mesa tinha eu o melhor lugar, e era o primeiro servido. Não imaginam. Se lhes disser que o entusiasmo da tia Marcolina chegou ao ponto de mandar pôr no meu quarto um grande espelho, obra rica e magnífica, que destoava do resto da casa, cuja mobília era modesta e simples... Era um espelho que lhe dera a madrinha, e que esta herdara da mãe, que o comprara a uma das fidalgas vindas em 1808 com a corte de D. João VI. Não sei o que havia nisso de verdade; era a tradição. O espelho estava naturalmente muito velho; mas via-se-lhe ainda o ouro, comido em parte pelo tempo, uns delfins esculpidos nos ângulos superiores da moldura, uns enfeites de

madrepérola e outros caprichos do artista. Tudo velho, mas bom... – Espelho grande?

– Grande. E foi, como digo, uma enorme fineza, porque o espelho estava na sala; era a melhor peça da casa. Mas não houve forças que a demovessem do propósito; respondia que não fazia falta, que era só por algumas semanas, e finalmente que o “senhor alferes” merecia muito mais. O certo é que todas essas coisas, carinhos, atenções, obséquios, fizeram em mim uma transformação, que o natural sentimento da mocidade ajudou e completou. Imaginam, creio eu?

– Não.

– O alferes eliminou o homem. Durante alguns dias as duas naturezas equilibraram-se; mas não tardou que a primitiva cedesse à outra; ficou-me uma parte mínima de humanidade. Aconteceu então que a alma exterior, que era dantes o sol, o ar, o campo, os olhos das moças, mudou de natureza, e passou a ser a cortesia e os rapapés da casa, tudo o que me falava do posto, nada do que me falava do homem. A única parte do cidadão que ficou comigo foi aquela que entendia com o exercício da patente; a outra dispersou-se no ar e no passado. Custa-lhes acreditar, não?

– Custa-me até entender, respondeu um dos ouvintes.

– Vai entender. Os fatos explicarão melhor os sentimentos: os fatos são tudo. A melhor definição do amor não vale um beijo de moça namorada; e, se bem me lembro, um filósofo antigo demonstrou o movimento andando. Vamos aos fatos. Vamos ver como, ao tempo em que a consciência do homem se obliterava, a do alferes tornava-se viva e intensa. As dores humanas, as alegrias humanas, se eram só isso, mal obtinham de mim uma compaixão apática ou um sorriso de favor. No fim de três semanas, era outro, totalmente outro. Era exclusivamente alferes. Ora, um dia recebeu a tia Marcolina uma notícia grave; uma de suas filhas, casada com um lavrador residente dali a cinco léguas, estava mal e à morte. Adeus, sorbrinho! adeus, alferes! Era mãe extremosa, armou logo uma viagem, pediu ao cunhado que fosse com ela, e a mim que tomasse conta do sítio. Creio que, se não fosse a afição, disporia o contrário; deixaria o cunhado, e iria comigo. Mas o certo é que fiquei só, com os poucos escravos da casa. Confesso-lhes que desde logo senti uma grande opressão, alguma coisa semelhante ao efeito de quatro

Machado de Assis em 1884 (foto: Joaquim Insley Pacheco e Marc Ferrez)

paredes de um cárcere, subitamente levantadas em torno de mim. Era a alma exterior que se reduzia; estava agora limitada a alguns espíritos boçais. O alferes continuava a dominar em mim, embora a vida fosse menos intensa, e a consciência mais débil. Os escravos punham uma nota de humildade nas suas cortêsias, que de certa maneira compensava a afeição dos parentes e a intimidade doméstica interrompida. Notei mesmo, naquela noite, que eles redobravam de respeito, de alegria, de protestos. Nhô alferes de minuto a minuto. Nhô alferes é muito bonito; nhô alferes há de ser coronel; nhô alferes há de casar com moça bonita, filha de general; um concerto de louvores e profecias, que me deixou extático. Ah! pérfidos! mal podia eu suspeitar a intenção secreta dos malvados.

– Matá-lo?

– Antes assim fosse.

– Coisa pior?

– Ouçam-me. Na manhã seguinte achei-me só. Os velhacos, seduzidos por outros, ou de movimento próprio, tinham

resolvido fugir durante a noite; e assim fizeram. Achei-me só, sem mais ninguém, entre quatro paredes, diante do terreiro deserto e da roça abandonada. Nenhum fôlego humano. Corri a casa toda, a senzala, tudo, nada, ninguém, um molequinho que fosse. Galos e galinhas tão-somente, um par de mulas, que filosofavam a vida, sacudindo as moscas, e três bois. Os mesmos cães foram levados pelos escravos. Nenhum ente humano. Parece-lhes que isto era melhor do que ter morrido? era pior. Não por medo; jurou-lhes que não tinha medo; era um pouco atrevidinho, tanto que não senti nada, durante as primeiras horas. Fiquei triste por causa do dano causado à tia Marcolina; fiquei também um pouco perplexo, não sabendo se devia ir ter com ela, para lhe dar a triste notícia, ou ficar tomando conta da casa. Adotei o segundo alvitre, para não desamparar a casa, e porque, se a minha prima enferma estava mal, eu ia somente aumentar a dor da mãe, sem remédio nenhum; finalmente, esperei que o irmão do tio Peçanha voltasse naquele dia ou no outro, visto que tinha saído havia já trinta e seis horas. Mas a manhã passou sem vestígio dele; e à tarde comeci a sentir a sensação como de pessoa que houvesse perdido toda a ação nervosa, e não tivesse consciência da ação muscular. O irmão do tio Peçanha não voltou nesse dia, nem no outro, nem em toda aquela semana. Minha solidão tomou proporções enormes. Nunca os dias foram mais compridos, nunca o sol abraçou a terra com uma obstinação mais cansativa. As horas batiam de século a século, no velho relógio da sala, cuja pêndula, *tic-tac, tic-tac*, feria-me a alma interior; como um piparote contínuo da eternidade. Quando, muitos anos depois, li uma poesia americana, creio que de Longfellow, e topei com este famoso estribilho: *Never, for ever!* – For ever, never! confesso-lhes que tive um calafrio: recordei-me daqueles dias medonhos. Era justamente assim que fazia o relógio da tia Marcolina: – *Never, for ever!* – *For ever, never!* Não eram golpes de pêndula, era um diálogo do abismo, um cochicho do nada. E então de noite! Não que a noite fosse mais silenciosa. O silêncio era o mesmo que de dia. Mas a noite era a sombra, era a solidão ainda mais estreita ou mais larga. *Tic-tac, tic-tac*. Ninguém nas salas, na varanda, nos corredores, no terreiro, ninguém em parte nenhuma... Riem-se?

Continua no site